

# Capim Branco



---

PRODUTO 7

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO

---

DEZEMBRO/2017



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO

Processo de Revisão

**planoDiretor**

Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

---

PRODUTO 7

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO

---

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAPIM BRANCO

DEZEMBRO/2017

## **GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **Governador do Estado de Minas Gerais**

Fernando Damata Pimentel

### **Vice-Governador do Estado de Minas Gerais**

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

### **Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)**

Carlos Moura Murta

### **Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral**

Flávia Mourão Parreira do Amaral

## **EQUIPE TÉCNICA | ARMBH**

### **Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana**

Mateus Almeida Nunes

### **Comissão Executiva**

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

## **Diretoria de Regulação Metropolitana**

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

## **Assessoria de Comunicação**

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

## **EQUIPE TÉCNICA | UFMG**

### **Coordenação Geral**

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

### **Coordenação Técnica**

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Rogério Palhares Zschaber de Araújo, Professor, EA/UFMG

### **Gerência Operacional**

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffenegger, Cedeplar/FACE/UFMG

### **Gerência Técnica**

João Bosco Moura Tonucci Filho, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

### **Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação**

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

### **Coordenação de Mobilização Social**

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

### **Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana**

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

### **Coordenação Interna**

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, IFMG - Campus Santa Luzia

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

### **Equipe Técnica**

Ana Mourão Oliveira, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hidelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Paulo Henrique da Costa, Assistente de Pesquisa, UFMG

Patrícia Cristina Coutinho Nardini, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

## **Estagiários**

Alice Rennó Werner Soares, EA/UFMG

Alisson Henrique Couto, FACE/UFMG

Ana Carolina Machado Amoni Girundi, EA/UFMG

Ana Carolina Resende Mascarenhas, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Ana Cecília Souza, Design/UFMG

Ana Flávia de Oliveira Porto Maia, GP/UFMG

Brendow de Souza Caldas Butinhol, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Cintya Guedes Ornelas, EA/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, FAFICH/UFMG

Paulo Henrique Goes Pinto, IGC/UFMG

Pedro Henrique Heliodoro Nascimento, EA/UFMG

Pedro França Magalhães, FACE/UFMG

Pollyana Duarte de Oliveira Silva, IGC/UFMG

Taís Freire de Andrade Clark, EA/UFMG

Thaís Pires Rubioli, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, EA/UFMG

Vivian Borges de Camargos, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

## **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE CAPIM BRANCO**

Milka Simões Lima, Representante do Poder Executivo

Cássia Cristina Silva, Representante do Poder Executivo

Nilber Rodrigues da Silva, Representante do Poder Executivo

Eduardo Reis Filho, Representante do Poder Executivo

Cléucio Raimundo de Oliveira, Representante do Poder Legislativo

Messias Costa Rodrigues, Representante do Poder Legislativo

Marcio Epifânio, Representante da Sociedade Civil

Daniel Augusto Santos Pinheiro, Representante da Sociedade Civil

Jean Carlos Ribeiro, Representante da Sociedade Civil

Jânio Gonçalves de Araújo, Representante da Sociedade Civil

Karine da Silva Andrade, Representante da Sociedade Civil

Maria Gonçalves, Representante da Sociedade Civil

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

APA – Área de Proteção Ambiental

APE – Área de Proteção Especial

APP – Áreas de Preservação Permanente

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

EE/UFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EUA – Estados Unidos da América

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH/UFMG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

GA – Grupo de Acompanhamento

GP/UFMG – Gestão Pública / Universidade Federal de Minas Gerais

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IPAC – Inventário do Patrimônio Cultural

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

LUME – Lugares de Urbanidade Metropolitana

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NPGAU/UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

PD – Plano Diretor

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SECIR - Secretaria de Cidades e de Integração Regional

SRTM - Missão Topográfica Radar Shuttle

TVA – Trama Verde Azul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZAC-1 – Zona de Atividades Complementares 1

ZAC-2A – Zona de Atividades Complementares 2A

ZAC-2 – Zona de Atividades Complementares 2

ZAC-3 – Zona de Atividades Complementares 3

ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento

ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia

ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais

ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos

ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração

ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural

ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação

ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias

ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística

ZDEI – Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZEIS-1 – Zonas Especiais de Interesse Social 1

ZEIS-2 – Zonas Especiais de Interesse Social 2

ZIM – Zonas de Interesse Metropolitano

ZP-1 – Zona de Proteção 1

ZP-2 – Zona de Proteção 2

ZP-3 – Zona de Proteção 3

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abertura da Oficina – Fala de acolhida do Prefeito .....	23
Figura 2 – Fala institucional de abertura da UFMG .....	24
Figura 3 – Apresentação geral pela equipe da UFMG .....	25
Figura 4 – Momento de debates do Grupo 01 .....	27
Figura 5 – Momento de debate no Grupo 02 .....	34
Figura 6 – Mapa de Declividade de Capim Branco .....	60
Figura 7 – Mapa de Fragilidade Geológica de Capim Branco .....	61
Figura 8 – Mapa de Interesse Ambiental de Capim Branco .....	62
Figura 9 – Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Capim Branco .....	63
Figura 10 – Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano .....	65
Figura 11 – Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão Perímetro Urbano...	66
Figura 12 – Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Capim Branco.....	69
Figura 13 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana .....	70
Figura 14 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana .....	71
Figura 15 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Capim Branco .....	74
Figura 16 – Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal.....	78
Figura 17 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal .....	79
Figura 18 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento – Detalhe sede .....	80

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo Quantitativo da Participação .....	41
Tabela 2 – Categorias de vias para reestruturação viária .....	67
Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul.....	73
Tabela 4 – Categorias de Zoneamento .....	76
Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento.....	77

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.....</b>	<b>19</b>
1 INTRODUÇÃO .....	19
2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS.....	22
2.1 Apresentação Inicial.....	22
2.2 Registro das discussões do Grupo 01 .....	25
2.3 Registro das contribuições do Grupo 02.....	30
3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:.....	37
3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização.....	37
3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares.....	38
3.3 Dinâmica e Programação da Oficina .....	40
3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa .....	41
4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO.....	42
4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento.....	43
4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados.....	45
4.3 Principais atores sociais convocados .....	46
4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor .....	46
4.5 Avaliação e considerações gerais.....	47
5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.....	48
5.1 Caracterização Geral do Território Municipal.....	48
5.2 Acessibilidade .....	50

5.3	Seguridade.....	52
5.4	Sustentabilidade.....	53
5.5	Urbanidade.....	55
<b>PARTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....</b>		<b>56</b>
1	DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL .....	58
2	ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....	60
2.1	Mapeamento das restrições à ocupação .....	60
2.2	Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano.....	63
2.3	Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária .....	66
2.4	Propostas preliminares da Trama Verde-Azul .....	71
2.5	Proposta preliminar de zoneamento .....	74
2.6	Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano .....	80
ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO .....		81
ANEXO II – LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA.....		82
ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO .....		83
ANEXO IV – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA .....		85
ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA .....		86
ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA .....		98
ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....		100
ANEXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES.....		103

## APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada, faz conhecer e entregar o **Produto 7 – Diagnóstico Síntese** – referente ao Processo de Revisão do Plano Diretor do Município **CAPIM BRANCO**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e o Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O **Produto 7**, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016, faz parte da Etapa 2, Diagnóstico propositivo participativo, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 25, itens 2.7 e 2.8, da TR-DR Nº002/2016:

**2.7.** Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de reestruturação territorial (sistema viário principal, áreas adensáveis, áreas de proteção, delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais, áreas que serão utilizadas para infraestrutura: sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda, a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social, centralidades, áreas para agricultura, etc.);

**2.8.** Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de reestruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano;

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do **Produto 7** foram detalhados na página 29 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Critério de aceitação: Relatório contendo a síntese das leituras técnicas e comunitárias, relato das segundas audiências locais participativas, relatórios das diretrizes para as propostas de estrutura urbana pactuadas em audiências locais com base nas leituras técnicas e das leituras comunitárias, e mapeamento básico contemplando: demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; diretrizes específicas de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana; diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural. O Relatório deverá conter, ainda, análise das adequações e compatibilizações entre as propostas territoriais municipais e as propostas do Macrozoneamento.

Desse modo, com a finalidade de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, esclarece-se, conforme delineado na Nota Metodológica (Item 2), que a elaboração da estrutura deste Produto orientou-se pelos princípios metodológicos apresentados no Produto 3, sobretudo com foco na coerência entre as leituras comunitárias e técnicas e suas possíveis articulações com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura deste Produto 7, portanto, relaciona os conteúdos exigidos e pactuados no âmbito do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016 supracitados à potencialidade transdisciplinar dos estudos temáticos, conforme proposto pelo PDDI-RMBH (2011).

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016, entrega-se o Produto 7 do Município de **Capim Branco** com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 – Leituras técnicas e comunitárias
- PARTE 02 – Diretrizes de estruturação territorial

## **PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS**

### **1 INTRODUÇÃO**

Apresentamos abaixo os registros da *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*<sup>1</sup>, os elementos para sua execução e a síntese compilada a partir das leituras técnicas e comunitárias, apresentada durante a audiência pública.

O principal objetivo dessa oficina foi apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar e levantar as principais questões de relevância no contexto municipal e a partir delas elaborar, em conjunto, diretrizes preliminares que subsidiaram propostas de reestruturação territorial. A metodologia utilizada nessa oficina acompanhou a estrutura e a experiência das oficinas realizadas pela UFMG ao longo da realização do PDDI-RMBH e do MZ-RMBH e do próprio processo geral de Revisão de Planos Diretores, adaptada à especificidade do município e da participação e envolvimento local.

Além dos momentos formais da audiência pública, explicitados no relatório de mobilização na Parte 01, a dinâmica proposta se dividiu em duas etapas de trabalho: um primeiro momento de apresentação do diagnóstico síntese, realizado em plenária com todos os presentes, seguido de um segundo momento de roda de conversa, dividindo os participantes em dois grupos com focos específicos. As discussões de cada roda de conversa foram balizadas por um conjunto de "questões instigadoras" elaboradas de acordo com o diagnóstico síntese municipal, que se repetiam para os dois grupos, mas eram expostas em ordens invertidas, de acordo com o foco de cada um deles.

A ideia de expor as perguntas em ordem invertida era garantir que cada grupo discutisse mais detidamente as questões de relevância para o foco do grupo

---

<sup>1</sup> Utilizamos, no decorrer do produto, tanto o título completo da oficina, respeitando o Termo de Referência e o Edital de Convocação de Audiência Pública, como também sua versão reduzida: *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*, título simplificado adotado pela equipe nos convites informais e na apresentação da oficina.

(visto que as primeiras perguntas são normalmente debatidas com mais tempo e afinco do que as são apresentadas por último) mas que ao mesmo tempo pudessem passar por todas as questões referentes à estruturação territorial local. Listamos abaixo as perguntas elaboradas para o município de Capim Branco, frisando que para o grupo cujo foco era a dinâmica territorial, as perguntas foram apresentadas de 1 a 6, e para o grupo focado na discussão das questões ambientais, culturais e da Trama Verde-Azul as perguntas foram expostas de 6 a 1:

- 1. Como melhorar a conexão entre os diversos núcleos urbanos do município?*
- 2. Como desenvolver, ainda mais, a agricultura orgânica e urbana em Capim Branco?*
- 3. Seria possível e desejável desenvolver alguma atividade industrial associada à produção de alimentos?*
- 4. Seria possível pensar em outras formas, estruturas e processos urbanos, com outras lógicas de adensamento, que possibilitariam a convivência entre o parcelamento de solo urbano, a agricultura urbana e a conservação ambiental?*
- 5. Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede e zona rural?*
- 6. Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?*

Como de costume, cada roda de conversa contou com a moderação de no mínimo três membros da equipe técnica: um coordenador, que conduzia as discussões; um auxiliar, que dessa vez centralizou o trabalho de intervenções no mapa; e um relator, que registrava textualmente o conteúdo e autoria das falas dos participantes. Cada um dos grupos foi provido com um conjunto de mapas

que incluíam mapas de trabalho e mapas de informações auxiliares. Esses mapas foram preliminarmente preparados pela equipe de Geoprocessamento da UFMG e impressos exclusivamente para fins de utilização nesta Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares.

Como havia nessa etapa de trabalho uma preocupação específica com a criação de diretrizes, que não se detinham apenas a territorialidades, um foco maior foi dado aos momentos de reflexão e síntese de forma a gerar pelo menos uma diretriz a partir de cada questão instigadora. O resultado desta oficina será apresentado na Parte 02 deste produto, juntamente com a proposta preliminar de estruturação territorial de Capim Branco.

## **2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS**

Segue abaixo um relato da Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares, dividido no registro da apresentação inicial, realizada em plenária, e dos grupos de trabalho que se seguiram.

### **2.1 Apresentação Inicial**

Em 28 de setembro de 2017, moradores de Capim Branco se reuniram para a participação na reunião com os Grupos de Acompanhamento, parte do processo de revisão do Plano Diretor municipal.

A reunião ocorreu na Escola Estadual Francisco Sales em Capim Branco, com início às 18h00, quando o local foi aberto para a recepção dos participantes através do credenciamento.

Às 18h28, a Sra. Heloísa Schimdt, integrante da Equipe UFMG, deu início aos trabalhos da reunião, se apresentando e explicando os objetivos da oficina. Em seguida, a Sra. Heloísa passou a palavra ao Sr. Prefeito que agradeceu aos presentes pela participação na reunião.

A Sra. Heloísa retomou a palavra, elencando os atores envolvidos no processo de revisão dos planos diretores e a importância da participação da sociedade nesse processo. A Sra. Heloísa chamou à frente os membros do Grupo de Acompanhamento, ressaltando a importância da participação dos mesmos, pedindo em seguida que estes se apresentassem.

Os membros do Grupo de Acompanhamento se apresentaram. Em seguida a Sra. Cássia, do Grupo de Acompanhamento, explicou o que era o Plano Diretor e como os membros do Grupo de Acompanhamento trabalhavam para a elaboração do mesmo e convidou os presentes a participarem do processo.

**Figura 1 –Abertura da Oficina – Fala de acolhida do Prefeito**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

A Sra. Heloísa convidou os demais presentes a se apresentarem, ressaltando a importância da participação da sociedade civil. Em seguida, a Sra. Heloísa convidou as alunas da disciplina LUMEs a se apresentarem, o que elas fizeram, convidando os produtores rurais a discutirem a possibilidade da realização de uma feira em Capim Branco.

A Sra. Heloísa passou a palavra ao Sr. Leandro, da equipe da UFMG.

O Sr. Leandro, deu continuidade à reunião de trabalho explicitando o seu objetivo. Foi ressaltada a importância do trabalho realizado pela equipe responsável pela revisão dos planos diretores e da participação da sociedade civil nesse processo. Em seguida foi explicada a programação da reunião.

O Sr. Leandro fez uma síntese da estrutura desenvolvida no diagnóstico, explicando quais eram os eixos temáticos integradores: seguridade, sustentabilidade, urbanidade e acessibilidade.

O Sr. Leandro deu prosseguimento apresentando a síntese do Diagnóstico e as macro diretrizes de reorganização territorial e propostas de reestruturação territorial do PDDI. O Sr. Leandro ressaltou a importância de adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Metrópole.

**Figura 2 – Fala institucional de abertura da UFMG**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

O Sr. Leandro apresentou o desejo de promover o poli-centrismo na Região Metropolitana, o que estaria previsto no PDDI. Em seguida, deu prosseguimento explicando o conceito da Trama Verde e Azul em seus vários aspectos.

Em seguida, o Sr. Leandro explicou como seria a dinâmica da reunião e apresentou as questões que seriam discutidas com os grupos formados com os participantes da Oficina. O Sr. Leandro passou a palavra a Sra. Heloísa que convidou os presentes a se juntarem nos grupos.

**Figura 3 – Apresentação geral pela equipe da UFMG**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

## **2.2 Registro das discussões do Grupo 01**

O Sr. Leandro, da equipe da UFMG, deu início à reunião do grupo 1 apresentando a primeira pergunta e expondo um panorama geral a respeito das condições das nascentes e da questão ambiental em Capim Branco.

O Sr. Nilber, do G.A., ressaltou que seria importante o investimento em melhorias nas condições de esgotamento sanitário, ainda que através de fossas sépticas, de modo que o esgoto deixasse de ser lançado no Ribeirão da Mata. O Sr. Leandro perguntou se uma proposta de implementar um sistema de saneamento no bairro Boa Vista e Matos seria interessante. O Sr. Hildelano, da equipe da UFMG, perguntou sobre a quantidade de fossas negras na cidade ao que o Sr. Nilber respondeu que essas estariam presentes na maior parte das casas. Outra diretriz apresentada foi **a sensibilização da população para a questão do esgotamento sanitário, promovendo a integração dos esgotos domésticos à rede, ressaltando-se que o município teve grande prejuízo em decorrência**

**dos gastos com limpeza de fossas e com o lançamento de esgotos em córregos locais.**

A Sra. Alessandra afirmou que se não existe local adequado para a ligação ao sistema de esgotamento não há onde jogar. Ela também ressaltou que não há onde despejar os resíduos sólidos produzidos porque as casas do bairro dela (Vila do Solar II) não seriam atendidas por serviço de coleta.

O Sr. Leandro retomou a palavra ressaltando que o objetivo da discussão seria a definição de diretrizes gerais, e não definir objetivos específicos. O Sr. Leandro passou então à próxima pergunta, que tratava da integração intramunicipal e como essa questão impactava em várias questões.

O Sr. Ailton perguntou se já existia algum estudo sobre as causas da poluição dos cursos d'água de Capim Branco, ao que o Sr. Leandro afirmou que a maior parte da poluição tinha origem no esgoto doméstico, seguido por poluição decorrente de atividade agrícola.

O Sr. Nilber afirmou que existe previsão de atendimento de saneamento básico para 80% da área urbana de Capim Branco até 2018 e que o maior problema é a existência de vazios urbanos, o que inviabilizaria a oferta de serviços básicos por parte da prefeitura.

O Sr. Nilton perguntou como resolver a questão dos vazios urbanos, uma vez que essas áreas pertenceriam a fazendeiros que não seriam obrigados a lotear essas áreas. O Sr. Leandro ressaltou a importância da questão que foi levantada, afirmando que esses vazios urbanos seriam áreas produtivas, porém a Lei Federal (Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade) afirmam que se o município considerar estratégico, ele pode obrigar que uma determinada área seja parcelada (parcelamento compulsório). A Sra. Maria Gonçalves perguntou se esse parcelamento seria feito através de desapropriação, ao que o Sr. Leandro respondeu que não, explicando em seguida como seria a aplicação de IPTU progressivo. O Sr. Leandro afirmou que o que foi falado se aplicava somente às

áreas produtivas e que as áreas que fossem usadas para especulação imobiliária já estariam sujeitas à aplicação do IPTU progressivo de maneira imediata.

**Figura 4 – Momento de debates do Grupo 01**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

**Diretriz: Instituir parcelamento compulsório nos vazios urbanos que não tem produtividade agrícola; dentre esses vazios destacam-se a área entre o Bairro Represa e Jardim das Palmeiras, Jardim das Palmeiras e Várzea de Santo Antônio, Várzea de Santo Antônio e Várzea do Solar.**

O Sr. Fabiano afirmou que a produtividade é um critério que não leva em consideração o que a produção agregaria ou não para o município e perguntou se existiriam critérios para definir se a produtividade seria interessante para os moradores do município. O Sr. Leandro afirmou que a propriedade precisaria cumprir função social, gerando valor, postos de trabalho e conservar o meio ambiente. O Sr. Fabiano perguntou se isso poderia ser delimitado nas diretrizes. O Sr. Leandro respondeu que a delimitação de áreas que não cumprem a função social já seria uma conquista. O Sr. Leandro afirmou que para o caso do município, em que existem muitos vazios urbanos, uma possibilidade seria minimizar os problemas de maneira local.

O Sr. Messias afirmou que existem vazios urbanos no Bairro Cidade Nova e Represa. O Sr. Leandro solicitou que os presentes se reunissem ao grupo de acompanhamento para levantar onde estariam os vazios.

**Diretriz: Incentivar sistemas de compostagem e reciclagem nos bairros de Capim Branco.**

O Sr. Nilber afirmou que essa diretriz seria de grande importância por desonerar o município.

O Sr. Cleiferson afirmou que deveriam ser formados grupos que se conscientizassem e pudessem difundir educação ambiental.

O Sr. Carlos afirmou que os moradores deveriam receber educação ambiental e que o ponto de coleta deveria ser concentrado, em função do menor custo que o sistema teria em relação a um sistema disperso.

**Diretriz: Incentivar sistemas de compostagem e reciclagem no municipais, via organização.**

A Sra. Heloísa, da equipe da UFMG, afirmou que, no que diz respeito a sistemas de compostagem e reciclagem, já existem parcerias entre moradores e o poder público em diversos municípios de Minas Gerais.

O Sr. Fabiano afirmou que essa ação deveria ser institucionalizada através de uma associação que servisse de referência para que fosse eficiente

O Sr. Leandro deu continuidade, passando para a pergunta seguinte, que tratava do potencial de desenvolvimento de atividade industrial associado à produção de alimentos e se existiria algum outro potencial industrial, além da mineração.

O Sr. Cleiferson falou sobre o potencial turístico do município, que poderia ser melhor explorado.

O Sr. Fabiano afirmou que existiria um grande potencial relacionado aos transportes decorrentes da ligação com Belo Horizonte, Sete Lagoas e Confins (pela BR424 e BR040).

A Sra. Maria Gonçalves mencionou a produção de queijo, pão de queijo, doces, cachaça, cerveja.

A Sra. Alessandra afirmou que faltava união e comunicação para a divulgação de eventos que ocorrem na cidade. Ainda sobre essa questão, o Sr. Gleiferson afirmou que seria proveitoso a instituição de uma feirinha no município.

O Sr. Leandro retomou a palavra, afirmando que haveria um consenso sobre a valorização da produção local de queijo, pão de queijo, doces, cachaça, cerveja e laticínios em geral e produtos orgânicos.

**Diretriz: Valorização da produção local: laticínios, doces, alambiques, cerveja artesanal, temperos.**

**Diretriz: Desenvolver o turismo em Capim Branco (turismo espeleológico e rural).**

A Sra. Ilmara afirmou que a produção orgânica não era valorizada dentro do município de Capim Branco. O Sr. Leandro perguntou como isso poderia ser transformado em uma diretriz. Quanto a essa questão, o Sr. Nilber afirmou que deveria ser formada uma cooperativa, de modo que os produtores fossem orientados para que a produção fosse vendida para o setor público, de Capim Branco e também Matozinhos.

**Diretriz: Incentivar a constituição de produtores especializada na venda de produtos para o poder público.**

**Diretriz: Criar canais de comunicação do poder público ligados à compra de alimentos do pequeno produtor.**

O Sr. Leandro retomou a palavra e apresentou a última questão relativa as vias nas quais melhorias deveriam ser priorizadas.

O Sr. Cleiferson afirmou que não há interligação entre os bairros e o transporte público é de baixa qualidade.

O Sr. Leandro perguntou quais vias estariam em condição mais precária. A Sra. Alessandra afirmou que esse problema era generalizado.

O Sr. Fabio afirmou que a BR 424 é um acesso importante (mais que a BR 040). Ele afirmou que seria importante a duplicação da saída para Capim Branco, que estaria precária e com sinalização insuficiente.

**Diretriz: Melhor a articulação viária entre os bairros/núcleos urbanos de Capim Branco.**

O Sr. Leandro afirmou a necessidade de o Grupo de Acompanhamento elencar vias que se encontram em estado mais precário, para que a perspectiva de melhoria se tornasse lei. Por fim, o Sr. Leandro agradeceu aos presentes e encerrou a reunião.

### **2.3 Registro das contribuições do Grupo 02**

Apresentação da dinâmica e dos mapas

*QUESTÃO 01 - Como melhorar a conexão entre os diversos núcleos urbanos do município?*

**Martha** – melhorando os horários de ônibus, principalmente Matos e Boa Vista; mesmo os bairros mais próximos do centro sentem dificuldade de transporte; Boa Vista só tem ônibus em finais de semana

**Lucimara** – proibiram a utilização de ônibus escolares pelos moradores de bairros mais distantes

**Eliane** – bairro Agua Branca também tem dificuldade de acesso

Matos, Boa Vista, Agua Branca: problema de qualidade de vida, falta de lixeiras, má qualidade das estradas

Melhoria de mobilidade da cidade; Falta de transporte público; qualidade e sinalização das estradas; segurança**Marilda** – Araçás também não possui transporte, existe uma dependência de Matozinhos

**Eliane** – má qualidade das estrada e falta de segurança

**Lucimara** – pouco policiamento na cidade; só vão onde existe asfalto

**Ana Claudia** – não possui empresas que aceitem oferecer transporte público nas localidades com má qualidade das estradas; Represa possui ônibus de 40 em 40 min; Boa Vista só um de manhã e às 16h; a existência de apenas uma empresa na oferta de transporte

Só existe um posto de saúde na cidade

**Eliane** – esquecimento dos bairros mais distantes; o bairro Cidade Nova só recebe visita de médicos às quartas-feiras; falta de conhecimento do orçamento municipal

Olhar mais para a saúde; necessidade de presença do prefeito; a população cobra e não é atendida; falta de divulgação da oficina para os alunos do EJA; prioridade na saúde e segurança

Melhoria do sistema de saúde, só possui médico durante o dia

**Professora** – pouca oferta e falta de acessibilidade ao sistema de saúde; mobilidade conectada a diferentes outros problemas; restrição aos serviços, apenas para moradores do centro

**Helena** – o médico atende apenas um dia na semana e o atendimento fora desses dias somente para pessoas que residentes do centro

Melhorar mecanismo de acompanhamento da distribuição dos recursos do município; permitindo formas de participação pública no orçamento

**Jânio** – a prefeitura possui uma grande quantidade de funcionários públicos que sobrecarregam o sistema de orçamento e não sobra para a melhoria dos outros problemas

**Fabício** – o acompanhamento de distribuição dos recursos é suficiente ou a participação também é bem quista?

**Lucimara** – mesmo com a existência de mecanismo de transparência as pessoas não participaram das reuniões

**Vagner** – cada bairro é representado por um vereador, e essas demandas devem ser cobradas destes vereadores; pensar melhor no candidato

**Ana Claudia** – existe também uma má vontade dos funcionários no atendimento ao público; a ambulância leva pacientes, mas não volta com eles

**Marcelino** – a população em Matos é pequena, mas se melhorar a mobilidade as pessoas podem ter melhor acesso aos serviços; uma estrutura de acesso rápido e mais eficiente; deveria existir um hospital de traumas no município, porém não existe público suficiente, mais dentro da realidade é a melhoria de qualidade de vida

**Martha** – em relação a mobilidade, moro no Represa; alguém passou mal a uma e meia da manhã e não possuía ambulância para atende-lo; dependente de terceiros, vizinhos parentes com carro para transporte e deslocamento; mesmo perto do centro não possuem atendimento pleno

**Lucimara** – maior fiscalização do funcionalismo público

**Milka** – esses problemas na área da saúde são devidos ao pequeno porte do município, que segundo o SUS é de preocupação primária e, portanto, não possuem atendimento 24h; as emergências devem ser feitas em Sete Lagoas; os recursos conquistados pelo município são obtidos através de emendas; o município não tem arrecadação

**Lucimara** – não é só o problema orçamentário pois já existiu no município um atendimento 24 horas; existe outros departamentos que devem ser menos prioritários que a saúde

**Milka** – quando existiu médico 24h a verba utilizada veio de outro lugar e está sendo cobrada atualmente

**Lucimara** – o centro já foi asfaltado 3 vezes enquanto outras regiões não receberam qualquer infraestrutura

QUESTÃO 02 – Como desenvolver, ainda mais a agricultura orgânica e urbana em Capim Branco?

**Milka** – o que falta em CB são hortas comunitárias, pois às vezes algumas pessoas querem produzir, mas não possuem a oportunidade; audiência pública para esclarecimento do orçamento  
**Ana Claudia** – não gera nada para o município vai tudo para BH; se tivesse uma feira ao menos uma vez por semana

**Marcelino** – os moradores podem produzir seus próprios produtos; falta de terra e água para produção; temos que achar uma solução para a restrição de insumos para a agricultura; os grandes produtores trabalham em seus espaços e poderia haver uma troca-parceria entre grandes produtores e funcionários do município

Espaço de comercialização interna no município; hortas comunitárias e espaços público de produção

**Figura 5 – Momento de debate no Grupo 02**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

**Jânio** – as escolas não compram produtos dos agricultores do município, pois o produtor deve ser cadastrado; muita burocracia para comercialização do produtor do município

Algum tipo de associação-cooperativa dos produtores; associação de produtos agrícolas e indústrias para geração de empregos

**Lucimara** – o grande produto de Capim Branco era o alho, agora não existe mais;

**Ana Claudia** – a produção maior é de folhas; produtos apenas para venda; a Fito disponibiliza para os funcionários; possuía em Capim Branco uma feira de artesanatos que não existe mais

**Milka** – o município é conhecido por suas quitandas, algo que não precisa de terra

**Lucimara** – atividades que ocupem pouco tempo dos habitantes, dentro do município mesmo, poderiam ser interessantes principalmente para as donas de casa

**Eliane** – a feira é ótima ideia, monta feira, mas depois vem a cobrança de taxas o que poderia desanimar as pessoas

**Marcelino** – agregação de valores; mesmo pequenos produtores devem pensar em produtos de mais qualidade; associação de produtores para arrendamento de lotes, o que poderia ser conversado até mesmo com a prefeitura para a subsistência das famílias

QUESTÃO 05 - integração com outros municípios

**Helena** – as compras são feitas em Matozinhos, feira dia de sábado; mesmo compras do mês; pois no município é mais caro e custo benefício é melhor  
**Martha** – as compras feitas pelos moradores dos bairros mais afastados são feitas de 2 em 2 meses pela dificuldade de acesso

**Marilda** – algumas pessoas em Matos fazem compras em Sete Lagoas

**Helena** – o dinheiro que se ganha em outros municípios (trabalho) é gasto também em outros municípios

**Ana Claudia** – aqui é só para dormir, você ganha lá e gasta lá

**Lucimara** – não tem lazer; nenhum tipo de equipamento

**Jânio** - precisa de instalação de algum tipo de indústria; a prefeitura não dá suporte para a atração de indústrias

**Maria Angélica** – escola (creche) abandonada no Jardim das Palmeiras

Criar renda e comércio local

Melhoria de acesso à BR040

**Milka** – a criação de um distrito industrial seria mais adequada para a criação de empregos

**Lucimara** – a antiga Lazaki gerava empregos para o município mas fechou

**Ana Claudia** – a empresa Temperata que também gerava empregos dentro do município; ambas localizadas em Peri-Peri

**Larissa** – associação dos produtos orgânicos com as indústrias de tempero; retomada

DIRETRIZES:

- Melhoria de mobilidade da cidade; Falta de transporte público; qualidade e sinalização das estradas; segurança (No 01 no mapa)
- Melhorar mecanismo de acompanhamento da distribuição dos recursos do município; permitindo formas de participação pública no orçamento;
- Espaço de comercialização interna no município; hortas comunitárias e espaços público de produção;
- Criar renda e comércio local;
- Melhoria de acesso à BR040

### **3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:**

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH. Neste capítulo, descreveremos o processo de mobilização para a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Capim Branco, realizada no dia 28 de setembro de 2017.

#### **3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização**

A Agência Metropolitana estabeleceu em edital uma agenda comunitária composta de audiências públicas abertas e com ampla convocação da sociedade civil organizada. Em verdade, esse rito foi definido pelo Estatuto da Cidade à luz da Constituição de 88 que vinculou a formulação dos marcos legais a um processo de planejamento participativo e gestão integrada. A distinção atual para a RMBH, é que os municípios da região metropolitana deveriam revisar os seus planos diretores levando em consideração o PDDI e o Estatuto da Metrópole harmonizando a estruturação territorial e fortalecendo a cidadania metropolitana.

Colocada de forma sintética, essa agenda pública previa 4 fases básicas de construção participativa do novo Plano Diretor:

1. Evento de Lançamento público da revisão do PD e eleição do Grupo de Acompanhamento;
2. Oficina de Diagnóstico do município e levantamento de questões apontadas pela sociedade – Leitura Comunitária;
3. Oficina devolutiva da UFMG da síntese do Diagnóstico (leituras técnica e comunitária) e apontamento de Diretrizes e Propostas preliminares;
4. Oficina de apresentação da Proposta Preliminar do Plano Diretor Municipal em vistas a formulação do Projeto de Lei.

Essas audiências públicas deveriam ser complementadas e fortalecidas com consultas a legislação e estudos técnicos diversos, difusão ampla de informações, elaboração de relatórios, visitas de campo, reuniões intersetoriais da equipe da UFMG, reuniões dos Grupos de Acompanhamento e eventos internos reunindo esporadicamente UFMG, Agência Metropolitana, LUMEs, GAs e atores afins ao processo. Além disso foram efetivados os Espaços Plano Diretor em cada um dos municípios envolvidos na Revisão dos Planos Diretores.

Responsável por garantir que os eventos supracitados ocorram com segurança e qualidade participativa - com estreita relação com a Comunicação e LUMEs, a Equipe de Mobilização Social participa na definição de toda agenda interna e externa; colabora na definição dos textos e dos instrumentos de comunicação utilizados (editais, convites, convocatórias...); constrói a rede de contatos locais; articula com prefeitura, câmara e sociedade organizada (telefonema, redes sociais e corpo a corpo...); verifica a logística dos espaços (auditórios, mobiliário, equipamentos,...); garante o credenciamento dos participantes; propõe a metodologia dos encontros (programação, dinâmicas, tempos...) e conduz a pauta atentando para que as audiências tenham produtividade. Em resumo, promove a mobilização social buscando garantir que ocorra um planejamento participativo equilibrando dimensões como o saber acadêmico e o popular advindo do cotidiano vivido.

### **3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares**

Pode-se afirmar que a Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de Capim Branco realizada no dia 28 de setembro de 2017 deu continuidade ao processo participativo iniciado em novembro de 2016. Foi um momento importante no sentido de ampliar e intensificar o envolvimento da sociedade local na discussão da revisão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

Um diferencial que vem qualificando este processo participativo da revisão dos planos diretores municipais em comparação com o processo desenvolvido quando da elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI -2010-2011) e do Projeto do Macrozoneamento da RMBH (2014-2015), que contou com a participação ativa de representantes do poder público local e segmentos da sociedade civil organizada, foi a implantação do Espaço Plano Diretor e a formação do Grupo de Acompanhamento. Para além de reuniões e atividades restritas à agenda do projeto de revisão do plano diretor e coordenada pela equipe técnica da UFMG a comunidade local, por meio do LUME - lugar de urbanidade metropolitana - em construção e do GA vem constituindo um reforço importante no processo participativo.

Para se atingir estes objetivos educativos e organizativos tem sido importante a interlocução permanente com o Espaço Plano Diretor, o Grupo de Acompanhamento na perspectiva de fortalecimento do LUME local. Essas instâncias vêm se constituindo em interlocutores prioritários da equipe de mobilização para a qualificação do processo participativo.

De forma complementar e reforçando a mobilização do município, a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Para a realização da audiência pública Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Capim Branco foi realizada uma média de 15 contatos telefônicos para reforço dos convites para pessoas referências e demandas para viabilizar a logística e organização da oficina técnica.

Entre as principais atividades realizadas pela equipe de mobilização destacam-se:

- agendamento da audiência pública;
- apoio a equipe local no processo de preparação da oficina;
- suporte na preparação do edital de convocação;

- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- garantia de disponibilidade de data show, computador, som;
- oferta de lanche como contrapartida da prefeitura e segundo sua possibilidade orçamentária para a oficina;
- execução do credenciamento: listas de presença e crachás;
- condução geral e suporte na dinâmica dos trabalhos em grupo facilitados pela equipe da UFMG.

Segue em anexo documentação enviada aos municípios pela equipe de mobilização para viabilizar organização e logística da Oficina, a saber: (a) minuta do edital de convocação - Anexo 1; (b) Lista de providências para organização e logística da Oficina - Anexo 2; (c) Material gráfico de apoio à mobilização elaborado pela equipe de comunicação da UFMG: convite e memes

### **3.3 Dinâmica e Programação da Oficina**

A dinâmica da Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi dividida em três momentos, a saber: (a) credenciamento, acolhida institucional, apresentação do Grupo de Acompanhamento e demais participantes e da pauta; (b) resgate histórico do projeto de revisão do plano diretor e retorno sistematizado das discussões da primeira oficina de leitura comunitária e dos estudos técnicos pela UFMG; (c) rodas de conversa: diretrizes e propostas preliminares para o plano diretor municipal.

A dinâmica das rodas de conversa é interativa, a partir da intervenção em mapas do município instigada por questões elaboradas pela equipe técnica, a saber: o crescimento e a expansão urbana; a trama verde e azul; as potencialidades turísticas, econômicas e culturais e as propostas para o plano de mobilidade municipal.

Coube à equipe de mobilização a execução do credenciamento, a condução geral da oficina e suporte na dinâmica das rodas de conversa facilitadas pela equipe da UFMG. Segue em anexo apresentação da programação da oficina - Anexo 4.

### 3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa

A oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi realizada no dia 28 de setembro 2017 na Escola Estadual Francisco Sales das 18:00 até 21:30 horas. Contou com a presença de sessenta (68) pessoas, conforme descrito na avaliação participativa quantitativa e qualitativa abaixo relacionada:

**Tabela 1 – Resumo Quantitativo da Participação**

<b>Poder Público Executivo</b>	<b>Poder Público Legislativo</b>	<b>Sociedade e Civil</b>	<b>UFMG</b>	<b>ARMBH</b>	<b>Total de Participantes</b>
4	4	51	8	1	68

**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

Esta oficina de Capim Branco contou com um número menor de participantes em relação à oficina comunitária, mas bastante representativa e qualificada e com participação expressiva nas rodas de conversa. No conjunto dos representantes destaca-se a presença do prefeito municipal e de quatro (04) vereadores que permaneceram até o final da oficina. Compareceram sete (07) membros do Grupo de Acompanhamento, sendo três (03) do executivo, dois (02) do legislativo e três (03) da sociedade civil e um (01) do grupo de apoio. Entre as comunidades presentes destacam-se: Bairro Represa, Jardim das Palmeiras, Várzea dos Monjolos, Várzea do Açude, Cidade Nova, Várzea do Solar 2, Planalto e Centro. Também participaram representantes da Banda de Música, da Pastoral da Criança e da Emater.

## **4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO**

O presente relatório traz informações relativas ao registro e relato das atividades empreendidas para implantação do Espaço Plano Diretor do Município de Capim Branco, no processo de preparação para a audiência de leitura comunitária.

É fundamental destacar que em tal período a equipe UFMG dedicou-se a realizar encontros, reuniões e comunicações escritas com o grupo de acompanhamento com os seguintes objetivos:

- dar sequência às atividades de apoio e orientação das atividades do grupo de acompanhamento, conforme definido na metodologia de trabalho;
- acompanhar e mediar as atividades do Grupo de Acompanhamento no que se refere à mobilização da comunidade para participação na audiência de leitura comunitária;
- dar suporte para a realização da audiência de leitura comunitária.

Considerando tais objetivos, o relatório que segue está dividido em dois tópicos, ademais desta Introdução, quais sejam:

1. descrição das atividades realizadas e esforços empreendidos para a mobilização da comunidade para participação na audiência de leitura comunitária;
2. avaliação da ação do GA, envolvimento dos membros e resultados obtidos.

Ademais, são apresentados em Anexo: listas de presença e fotos das atividades aqui relatadas; materiais de divulgação produzidos e/ou utilizados pelo GA; e repercussão do evento na mídia.

#### **4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento**

Desde a Oficina de Leitura Comunitária ocorrida no dia 24 de maio de 2017 até a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares ocorrida no dia 28 de setembro de 2017, o Grupo de Acompanhamento de Capim Branco realizou 6 encontros com a participação do bolsista LUMEs, nos quais discutiram as questões pertinentes ao município e se prepararam para a Oficina Técnica. Houve também reuniões sem a presença do bolsista, das quais não se teve acesso a qualquer tipo de registro.

##### Dia 07/06 - Reunião GA

A reunião contou com 5 membros do grupo de acompanhamento e com os bolsistas LUMEs, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento e Júlio César de Oliveira.

Foi feita uma avaliação da Leitura Comunitária, realizada no dia 24/05. O grupo achou satisfatória a participação da comunidade, que se deu principalmente por causa da presença, em peso, de moradores da região de Matos, localizada na zona rural do município (foi disponibilizado transporte pela prefeitura para estes moradores). No geral a Leitura foi bem produtiva e gerou importantes informações e acréscimos para o processo de discussão. O grupo achou a linguagem usada pelos técnicos um tanto quanto complicado por ser diferente do usado no cotidiano.

Foi discutido também os nomes de alguns grupos culturais da cidade que poderiam ser incorporados no mapa colaborativo.

##### Dia 21/06 - Reunião GA

A reunião contou com 7 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMEs, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

Maria Gonçalves sugeriu a criação de um plano de objetivos do GA, para que se consiga criar uma continuidade das discussões dentro do Grupo. Ela sugeriu

também que o GA começasse a ler e discutir o Plano Diretor antigo, para melhor entendimento do que deverá ser proposto ou não no novo.

Foram apresentadas e discutidas com o GA as questões sobre mobilidade demandadas pela equipe técnica. O GA solicitou o reenvio do P02.

#### Dia 05/07 - Reunião GA

O grupo analisou a agenda proposta para as oficinas e entrega final da minuta do novo Plano Diretor. Foi decidido a utilização da cartilha, produzida por alunos na disciplina LUMEs, como forma de divulgar e informar para a comunidade o processo de revisão do Plano; foi decidido também fazer uso da cartilha em conversas com alunos nas escolas da cidade.

#### Dia 09/08 - Reunião GA

A reunião contou com 6 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMEs, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

#### Dia 30/08 - Reunião GA

A reunião contou com 7 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMEs, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

Foi discutido na reunião do GA o local para a próxima Oficina Técnica, e decidiu-se por realiza-la na Escola Francisco Sales. Como ações de mobilização para a oficina, decidiu-se por produzir faixas, carro de som, disponibilização de transporte para a população da zona rural e a apresentação do processo nas escolas, com distribuição das cartilhas.

Confirmou-se a reunião com o Mateus da ARMBH e decidiu-se também pela mudança de local e horário das reuniões – para melhor atender aos membros do GA – que passam agora a acontecer às 16h30 na Secretaria de Cultura do município.

#### Dia 13/09 - Reunião GA

A reunião contou com 7 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMEs, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

Foram discutidos basicamente os processos de mobilização para a Oficina técnica do dia 28 de setembro. Decidiu-se por agregar os alunos do EJA no processo de discussão, uma vez que eles estarão na escola no período da oficina. O Nilber ficou encarregado de imprimir convites que serão distribuídos por todos do GA, que também deverão fazer o esforço de levarem ao menos 5 participantes cada. Ficou-se de confirmar a possibilidade do transporte para a população de zona rural e o carro de som foi cancelado.

#### **4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados**

O GA adotou como estratégias de mobilização (ver Anexo 5) :

- Convite formal da prefeitura para secretários, conselhos e entidades;
- Convite boca a boca;
- Convite em escolas.

### **4.3 Principais atores sociais convocados**

Para a Oficina de Leitura Comunitária foram alvo de mobilização específica todos os presentes até então nas reuniões do GA e, em especial, alguns atores representativos de outros segmentos diversos:

- Membros das Associações existentes;
- Alunos do ensino médio e EJA;
- Secretariado;
- Membros dos Conselhos Municipais;
- População rural.

### **4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor**

O espaço Plano Diretor permanece funcionando em horário comercial, no mesmo horário de funcionamento do museu. A funcionária do museu acompanha o espaço diariamente, mas parece não possuir apoio ou qualificação (treinamento; interesse; engajamento) para cuidar do espaço. A infraestrutura de tecnologia de informação e rede e o espaço físico em si são muito precários e limita bastante algumas ações de integração entre o lado físico e o virtual do espaço de produção de informações.

Ao que parece, a população, em geral, ainda não conseguiu conceber o espaço como um centro de informações sobre o planejamento territorial da cidade e ainda há pouco referenciamento da dinâmica do espaço nas diretrizes do projeto LUMEs. O museu estava fechado para reforma e não se tem informações de quando será reaberto. O GA alterou seu local e horário de reunião, passando a se encontrar na Secretaria de Cultura que possui melhor espaço para as discussões.

#### **4.5 Avaliação e considerações gerais**

O GA passou a ser mais proativo e mais engajado a partir do mês de julho, quando seus membros começaram a analisar e discutir o antigo plano diretor da cidade e passaram a se preocupar mais com a mobilização da população.

Apesar da mudança do horário das reuniões – para atender demanda, e possibilitar maior participação dos membros do GA – ainda se mantém a pequena participação dos integrantes, sendo sempre os mesmos a participarem, ainda que estes estejam realmente preocupados com a discussão.

Existe uma demanda de maior engajamento e participação da equipe técnica no processo junto ao GA, oferecendo mais suporte e embasamento para as discussões

## **5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS**

Essa seção busca apresentar uma síntese das leituras técnicas e comunitárias construídas ao longo dos últimos produtos e que culminaram na oficina apresentada na Parte 01 deste relatório. Na oportunidade da audiência pública foi exposto um sumário que procurou estabelecer um quadro geral de caracterização e de diagnóstico em relação aos principais desafios e potencialidades do municípios sobre os quais as diretrizes e propostas do Plano Diretor deveriam refletir. Ou seja, a síntese então elaborada procura destacar os aspectos de maior relevância em cada realidade territorial.

Na sequência esses aspectos, a exemplo do que foi realizado durante a oficina, são apresentados e organizados de acordo com os principais eixos do PDDI num esforço de aproximação e compatibilização entre os princípios do planejamento metropolitano e o processo de planejamento em escala local, segundo a metodologia proposta para o trabalho. Representa também a tentativa de aproximação entre diagnóstico e proposição numa forma mais orgânica e participativa. Dessa forma, cada subseção representa um desdobramento e uma elaboração pormenorizada da síntese do diagnóstico-propositivo apresentado e discutido na segunda oficina e, em conjunto, constituem a síntese da leitura técnica e comunitária.

### **5.1 Caracterização Geral do Território Municipal**

Capim Branco possui uma população de 9.609 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, sendo que o município é predominantemente urbano (91,09%), ainda que apresente características mais rurais. Capim Branco vem experimentando um contínuo processo de crescimento demográfico levemente acima da média metropolitana. Ainda que o município tenha apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, em 2010 ainda havia mais de 28,3% da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, com um rendimento domiciliar per capita

médio de R\$180,41, enquanto o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (com rendimento) no município é de R\$ 497,48.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 referentes à população e à distribuição de renda segundo setores censitários analisados na Leitura Técnica, apontaram para uma maior concentração de renda nas regiões de Represa Ville, na Sede, e no Condomínio Sete Lagos, fronteiro com o município de Esmeraldas. Por outro lado, apreendeu-se uma maior vulnerabilidade social nos bairros de Jardim de Palmeiras e Represa. Essas conclusões corroboram com as informações da Oficina de Leitura Comunitária e da Visita Técnica, embora os dados do Censo por setor censitário não revelem a realidade das localidades de Matos e Matos de Cima, que certamente compoem a região de maior vulnerabilidade do município devido ao seu isolamento territorial. Tal fragmentação é evidente em todo o território municipal e acentua a dificuldade de provisão de infraestrutura nas áreas qualificadas como frágeis.

Quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo, estudos do PDDI-RMBH apontaram que o município de Capim Branco apresenta maior influência do município de Sete Lagoas, considerando a dinâmica das centralidades no Vetor Norte da RMBH. Em Capim Branco, devido ao maior distanciamento da capital, ainda predominam tipos de ocupação mais característicos de cidades sem grande comprometimento com a metropolização, embora, já há algum tempo, venham se implantando sítios de lazer e condomínios fechados de alta renda. Mais recentemente, observa-se, também, o adensamento dos assentamentos precários voltados para a população de baixa renda.

Uma avaliação da evolução da mancha urbana a partir de imagens-satélite do software Google Earth permitiu identificar alguns pontos de expansão da ocupação no perímetro urbano do município de Capim Branco. De modo geral, foi possível afirmar que houve uma expansão da mancha urbana em período recente, compreendido entre 2002 e 2017, distribuída em alguns pontos ao longo de todo o território: com a consolidação da localidade de Boa Vista e da comunidade de Matos, além da expansão na sede em direção aos bairros Várzea

do Solar, Jardim das Palmeiras e Barbosa. Os dados de anuência prévia disponibilizados pela ARMBH apontaram para um certo dinamismo do mercado imobiliário formal local nessas mesmas localidades.

Informações da Oficina de Leitura Comunitária apontaram ainda para uma expansão acelerada dos loteamentos irregulares em diversos pontos do município, como no Centro e nos bairros Prata, Represa, Cidade Nova, Jardim das Palmeiras, Barbosa, Jardim Planalto, Várzea do Santo Antônio, Araçás, Peri-Peri e Várzea do Açude. Por sua vez, a combinação das imagens-satélite com os dados de vacância elaborados pela Equipe da UFMG no processo de elaboração do PDDI-RMBH destacaram a possibilidade de que a dinâmica de expansão urbana no município tenha caminhado para um melhor aproveitamento da infraestrutura urbana existente. Apesar de observada a intensificação de ocupação da sede, há ainda áreas vazias internas ao perímetro urbano vigente e bem articuladas e que sua ocupação proporcionaria maior continuidade ao tecido urbano existente.

## **5.2 Acessibilidade**

A análise empreendida a partir do cruzamento de dados secundários diversos e informações obtidas ao longo do processo de participação social no município de Capim Branco revelou certa fragilidade das condições de acesso à moradia no município. A baixa proporção de moradias contabilizadas como inadequadas devido ao ônus excessivo com aluguel (apenas 52 unidades) aponta para uma condição favorável de acesso à moradia no município.

No entanto os números de domicílios considerados precários se mostraram bastante significativos (aproximadamente 49% do total de domicílios no município foram identificados como apresentando inadequações e/ou serviços básicos inadequados), com focos representativos de precariedade no território, particularmente na porção noroeste da mancha urbana da sede e na divisa com o

município de Matozinhos (apontando para a necessidade de revisão das áreas demarcadas como ZEIS à luz das ocupações frágeis mapeadas).

Finalmente, foi ainda identificada uma fragmentação da ocupação e a presença extensiva de vazios internos ao perímetro urbano. No entanto, destaca-se que esses vazios incluem trechos apresentando vegetação expressiva e usos agrícolas, revelando oportunidades para a implantação de parques urbanos, espaços e equipamentos públicos e para o desenvolvimento da agricultura já proeminente no município.

Já a análise das condições de acesso à saúde e à educação no município de Capim Branco revelou uma considerável quantidade e diversidade de equipamentos distribuídos no território. Por sua vez, as percepções registradas ao longo do processo participativo apontaram para a necessidade de melhorias especialmente no atendimento às localidades rurais de Matos e Boa Vista, muito relacionada às condições de isolamento das mesmas em termos de mobilidade.

Sobre as condições de mobilidade urbana, constatam-se bons índices de inserção e integração em relação à RMBH, que se dão a partir do município limítrofe de Matozinhos, além de Pedro Leopoldo. Entretanto, é necessário ressaltar que seu principal polo de atração é o município de Sete Lagoas, no colar metropolitano, tendo sido constatada necessidade de melhoria no transporte público para o melhor desenvolvimento dessa relação. Apesar dos bons índices de inserção e integração metropolitana, a integração intramunicipal ainda apresenta traços de precariedade e verifica-se a necessidade de ligação asfaltada com o eixo da BR-040. Ademais, constata-se a ausência de infraestrutura e incentivo para deslocamentos não-motorizados (a pé e bicicleta), com queda do número de deslocamento ciclísticos, apesar de seu potencial. Por fim, é notória a ausência de calçadas e de condições de acessibilidade universal para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no município, sendo preciso tomar medidas que privilegiem os deslocamentos pelos modos ativos.

### **5.3 Seguridade**

A partir do mapeamento de fragilidade geológica no município de Capim Branco, percebe-se que as áreas inseridas na porção norte e nordeste do município e próximas à sede municipal apresentam áreas com menor fragilidade geológica, estando muitas vezes associadas a áreas com baixa declividade e relevo mais suavizado, vinculado a solos com evolução vertical mais desenvolvida. Um percentual muito elevado do município - 82,03% - está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo e médio (26,31%, 30,97% e 24,75% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas a algumas áreas de altas declividades no noroeste do território municipal, nas quais são recorrentes litologias associadas ao grupo Granito Gnaiss e que foram responsáveis pela consolidação de solos verticalmente muito desenvolvidos.

O saneamento ambiental no município de Capim Branco pode ser compreendido a partir da constatação de que existem inúmeras nascentes e também afluentes do Ribeirão da Mata, ao mesmo tempo em que há uma crescente poluição hídrica na região. Alia-se a este contexto o fato de que a infraestrutura e serviços vinculados a abastecimento de água, coleta de lixo e esgotamento sanitário são muito precários e não são bem estabelecidos na cidade.

As atividades de mineração e de pecuária (suínos e gado) são presentes no município e causam impactos ambientais crescentes. Como há produção agrícola na região, os recursos hídricos tendem a ser também impactados por esta atividade. Há a necessidade de ampliação das áreas permeáveis urbanas, assim como também a restauração e revitalização de cursos de água.

No que tange as agriculturas, encontra-se no município produção agrícola convencional em diversos pontos do território, além de iniciativas de produção orgânica advindas de agricultura não-familiar e familiar. Destaca-se o povoado de Boa Vista, onde há a maior produção de orgânicos do município, e as regiões de Matos, Matos de Cima e Ribeirão Jequitibá onde há produção agrícola convencional de pequena escala.

Além disso, Capim Branco possui uma expressiva e diversa atividade agrícola próxima e inserida nas manchas urbanas, como identificado na Sede do município, onde são encontradas grandes empreendimentos de agricultura não-familiar orgânica, e nos bairros Várzea do Açude e Várzea do Solar, onde foram identificadas produções orgânicas advindas da agricultura familiar. Em relação à comercialização, há atualmente uma carência de espaços para a venda da produção local no município, de modo que nem mesmo as escolas são abastecidas com alimentos produzidos localmente.

Por fim, Capim Branco é reconhecido como a Cidade do Orgânico, desde a publicação da Lei Municipal N 1.224. Entretanto o município ainda necessita de uma correspondência do título com a regulação do uso do solo e o zoneamento local, visto que não há nenhuma identificação espacializada da produção de orgânicos no município. Apesar disso, as iniciativas existentes e o título indicam potencial para transição agroecológica e para o desenvolvimento sustentável da cidade, como caminhos para adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis que ampliem as possibilidades de distribuição e consumo de alimentos saudáveis local e regional.

#### **5.4 Sustentabilidade**

O território do município de Capim Branco apresenta aspectos positivos em termos de disponibilidade de recursos hídricos. Entretanto, o município está majoritariamente em área de média ou alta vulnerabilidade, sendo que o perímetro urbano encontra-se dentro de áreas de alta vulnerabilidade.

O crescimento do tecido urbano de forma dispersa e constantemente irregular contribui para o aumento da fragilidade ambiental do município. Primeiro, porque exigem maior disponibilidade do recurso para abastecimento de água e, também, porque ocasiona a expansão sobre áreas que não deveriam ser ocupadas em razão do risco ambiental ou pertinência à preservação (áreas de preservação

permanente, por exemplo); ou, porque geram a contaminação dos recursos hídricos pela ausência de infraestrutura adequada de saneamento básico.

Assim, os recursos hídricos abundantes ou pertinentes à RMBH e ao município, oriundos das várias nascentes e afluentes do Ribeirão da Mata – curso d'água de Classe 1 – são prejudicados.

Assim, em termos de sustentabilidade, especificamente no que diz respeito à proteção ambiental, percebe-se que o município de Capim Branco, carece de um sistema integrado e orientado para a preservação dos recursos hídricos e a ocupação conectada do tecido urbano.

O que se percebe, no entanto, é que o o município não possui nenhuma unidade de conservação, assim como os demais instrumentos territoriais tradicionais, como a Reserva Legal, são pouco utilizados. Logo, conclui-se que Capim Branco apresenta um quadro de fragilidade no que se refere à proteção ambiental.

No que concerne às estruturas e processos produtivos, pode-se afirmar que Capim Branco possui um conjunto de indústrias bastante reduzido e pouco representativo. As poucas unidades atualmente existentes localizam-se em áreas próximas à divisa do município vizinho de Matozinhos. Dentre estas destaca-se a Fiação e Tecidos Santa Tereza Ltda., bem como alguns galpões esparsos situados na porção nordeste do território. Conforme anteriormente mencionado, a produção principal em Capim Branco é relacionada à agricultura, sobretudo orgânica, e à pecuária.

Em termos do que pode posteriormente subsidiar as diretrizes relacionadas à estruturação territorial do município, considera-se importante destacar que a Rodovia BR-040 possui um trecho próximo à divisa Sudoeste do município. Tal área possui potencial logístico para futuras implantações de atividades econômicas e industriais. Além disso, é importante também avaliar o novo traçado proposto para a Rodovia MG-424 que deverá ser alargado e possivelmente atravessará um trecho na porção sudeste do território municipal. Essa área faria divisa com um Distrito Industrial proposto para o município vizinho de Matozinhos,

e algumas discussões apontam para a possibilidade de que este seja ampliado sobre o território de Capim Branco.

## **5.5 Urbanidade**

A Sede Municipal concentra a quase totalidade dos equipamentos e entidades ligados à cultura em Capim Branco. A praça principal é a da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, na qual é realizada a maioria das celebrações e eventos culturais da Sede, sendo o espaço de maior convívio social. Algumas edificações, em seu entorno, ainda preservam algumas características arquitetônicas e histórico-culturais de relevância. Há também algumas edificações isoladas com características arquitetônicas de relevância no contexto histórico-cultural. Destaca-se o acervo de bens móveis da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. O município se destaca pelas celebrações e festividades com destaque para a atuação da Corporação Musical Nossa Senhora da Conceição com 107 anos de existência. Destacam-se no município os Griôs, pessoas responsáveis pela transmissão dos saberes e acontecimentos da vida social, considerados guardiões da memória e da história oral que perpetuam a tradição através da contação de histórias, genealogia das famílias, música, poesia popular, ritos e práticas. Destaca-se o Patrimônio Cultural presente na Sede, Boa Vista e Matos (de Baixo e de Cima) expresso em edificações, igrejas, imagens, documentos, celebrações, formas de expressão, saberes e ofícios. Há necessidade de ampliação da proteção dos bens culturais do município através da realização inventário, registro e tombamento. O município tem acesso aos recursos do ICMS Patrimônio Cultural através da realização do inventário do patrimônio cultural – IPAC.

No que tange às áreas de interesse de preservação do patrimônio cultural e natural, foram delimitadas as regiões do conjunto natural e paisagístico da **Gruta do Capão do Mato**, percorrida em seu interior pelo córrego do Capão, tributário do Ribeirão da Mata, uma característica comum da região Cárstica, da qual Capim Branco faz parte. Há intenção de exploração dessas características ambientais para fins de lazer e turismo, além da **área degradada** pela mineração,

no limite de Capim Branco com Matozinhos e Prudente de Moraes, onde se recomenda a requalificação ambiental e reconversão do território para uso cultural e de lazer.

## **PARTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL**

As diretrizes de estruturação territorial, apresentadas abaixo, foram construídas em conjunto com a sociedade civil e o corpo técnico municipal durante a *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*, terceiro momento formal de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de Capim Branco, realizada sob forma de Audiência Pública municipal.

Os registros dessas análises, bem como a metodologia de trabalho empregada na oficina já foram apresentados na Parte 01. As informações reunidas nos mapas e nas relatorias da Oficina em questão são o principal subsídio para a atual etapa de trabalho. Elas foram compiladas e sistematizadas pela equipe, e serão apresentadas abaixo, no item 1. A partir dessas diretrizes de estruturação territorial novos mapeamentos foram elaborados pela equipe, resultando na proposta preliminar de estruturação territorial. Tal proposta é composta pelos seguintes mapeamentos básicos, apresentados no item 2:

- a) **Mapeamento das restrições à ocupação**; contemplando a delimitação dos trechos com restrições à urbanização conforme critérios de declividade, fragilidade geológica e identificação de áreas de maior interesse ambiental;
- b) **Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano**; contemplando a demarcação (criação, ampliação, redução e/ou extinção) de novos perímetros de áreas urbanas vis a vis os perímetros vigentes no município;
- c) **Propostas preliminares de reestruturação e classificação viária**, contemplando a regulação das formas de deslocamento pelo território do município;

- d) **Propostas preliminares da Trama Verde e Azul;** contemplando a territorialização das diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental, agriculturas; eixos de mobilidade e patrimônio histórico e cultural;
- e) **Proposta preliminar de Uso e Ocupação do Solo;** contemplando a proposta preliminar de estruturação territorial, traduzida em categorias de zoneamento e sobrezoneamento adaptadas do Macrozoneamento Metropolitano;
- f) **Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano;** contemplando análise das convergências, divergências e adequações entre a proposta de uso e ocupação do solo e as Zonas de Interesse Metropolitano no município.

Esses mapeamentos foram desenvolvidos a partir dos resultados das Oficinas de Diretrizes e Propostas Preliminares; da sistematização das diretrizes de estruturação territorial do município; das contribuições oriundas do Grupo de Acompanhamento; das análises técnicas realizadas pela equipe com base em dados secundários; das visitas de campo realizadas; e da rodada de reuniões internas realizadas entre a equipe UFMG e Agência em outubro e novembro de 2017. Assim, a proposta teve como preocupação adequar as contribuições técnicas e comunitárias, tendo como referência as diretrizes pactuadas coletivamente. Ressalta-se, ainda, a natureza preliminar dessas propostas doravante apresentadas: as mesmas serão discutidas na *Oficina de Propostas de Estruturação Territorial*, e ajustadas posteriormente nas próximas etapas do trabalho, em diálogo estreito com o Grupo de Acompanhamento do município.

## **1 DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL**

No que se refere às diretrizes voltadas à estruturação territorial, as discussões até aqui empreendidas buscaram considerar o fato de que grande parte da estrutura econômica municipal está relacionada à produção agrícola e pecuária, com demandas significativas de recursos hídricos. Desse modo foram pensadas áreas de preservação ambiental ligadas às áreas de recarga de importantes cursos d'água que atravessam o município, tais como o Ribeirão da Mata, o Córrego Mirim (tributário do Ribeirão Jequitibá), o Córrego da Várzea do Açude e o Córrego da Laje. Articuladas a estas, são propostas áreas de proteção intermediária, passíveis de abrigar as atividades agrícolas e pecuárias existentes no município. Além disso, essas áreas poderiam contemplar a implementação de políticas públicas cujas práticas seriam menos impactantes ao solo e aos recursos hídricos.

No que se refere ao parcelamento do solo urbano, entende-se que Capim Branco atualmente enfrenta um sério problema de desconexão entre bairros já implantados. Tal situação dificulta a implementação de equipamentos urbanos e comunitários e finda por consolidar uma estrutura urbana relativamente frágil. Diante disso é proposto que áreas atualmente não parceladas e com pouca ou nenhuma produção agrícola, localizadas na porção norte do núcleo urbano central, sejam incentivadas para o parcelamento do solo urbano.

Ao sul desse núcleo também estão localizadas glebas não parceladas em termos urbanos. Porém, cabe destacar que nessas áreas situam-se importantes culturas agrícolas, muitas delas orgânicas. Tais áreas, inclusive, são relevantes em termos de geração de valor e postos de trabalho no contexto municipal. Em função dessas características é aqui proposto, em caráter preliminar, que tais áreas agrícolas, adjacentes à sede, sejam contempladas com diretrizes e parâmetros que incentivem algum tipo de adensamento urbano e, ao mesmo tempo, possibilitem a presença dessas atividades agrícolas no local. Com relação ao desenvolvimento econômico e industrial, entende-se que esse tópico carece de maior debate junto ao Grupo de Acompanhamento e demais

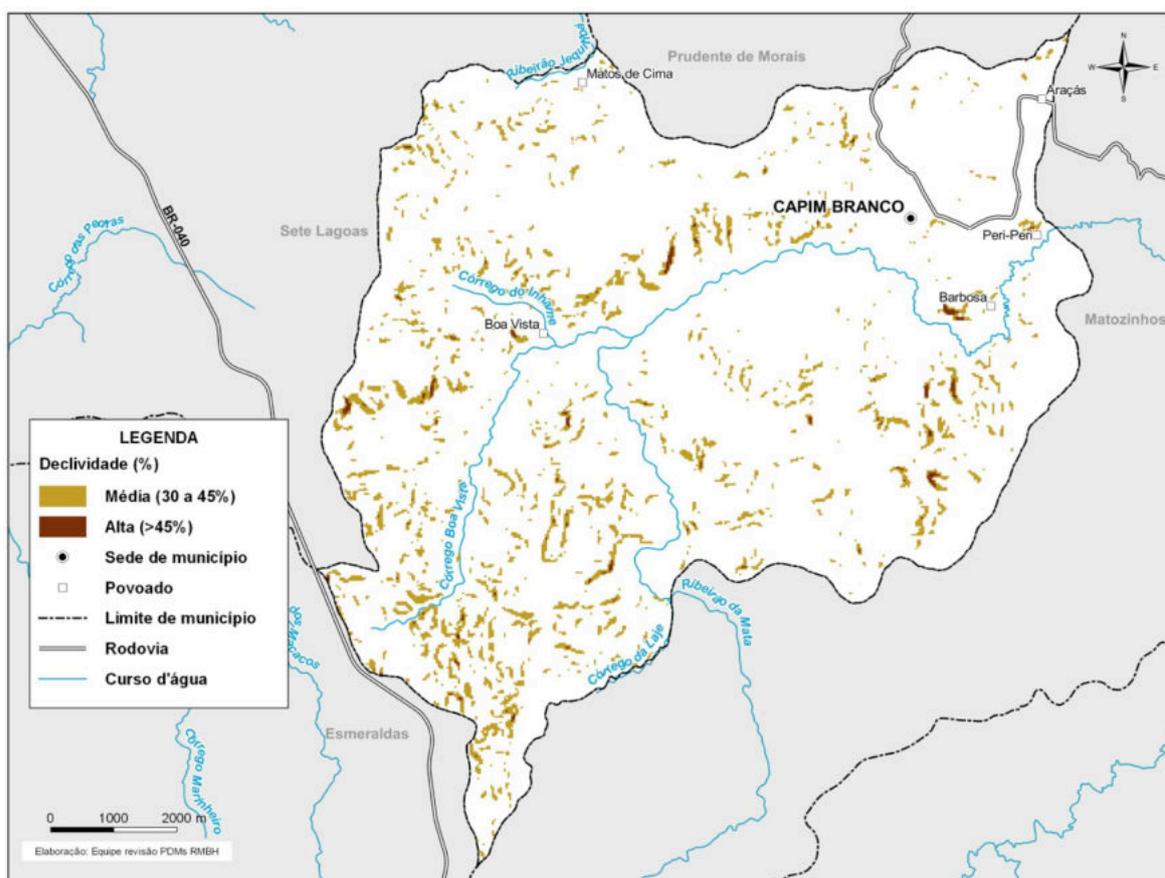
membros da sociedade local. Foi proposta inicialmente uma área industrial adjacente à Rodovia BR-040, voltada ao aproveitamento das vantagens locacionais relativas a esse eixo. Porém é importante considerar que tais áreas estão próximas a nascentes que compõem os “Sete Lagos” uma área relevante em termos hídricos e de grande potencial paisagístico. Outra área passível de discussão no que se refere aos usos industriais estaria relacionada às porções nordeste e sudeste município. A área a Nordeste estaria articulada à ferrovia, bem como a estruturas industriais de pequeno porte situadas no município de Matozinhos. A área situada a sudeste poderia se beneficiar do novo traçado da Rodovia MG-424, bem como ao Distrito Industrial proposto no também município vizinho de Matozinhos.

## 2 ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

### 2.1 Mapeamento das restrições à ocupação

O mapa de declividade foi realizado a partir dos valores de altimetria da imagem SRTM Arc1 disponibilizada pelo Serviço Geológico dos EUA e gerado com o apoio do software QGIS, versão 2.14. O mapa de declividade foi calculado em percentual e foi reclassificado de acordo com dois valores de referência que apresentam contextos de maior restrição para a ocupação territorial: 30% a 45%, classificada como média restrição; e mais de 45% de declividade que foi associada à alta restrição para a ocupação.

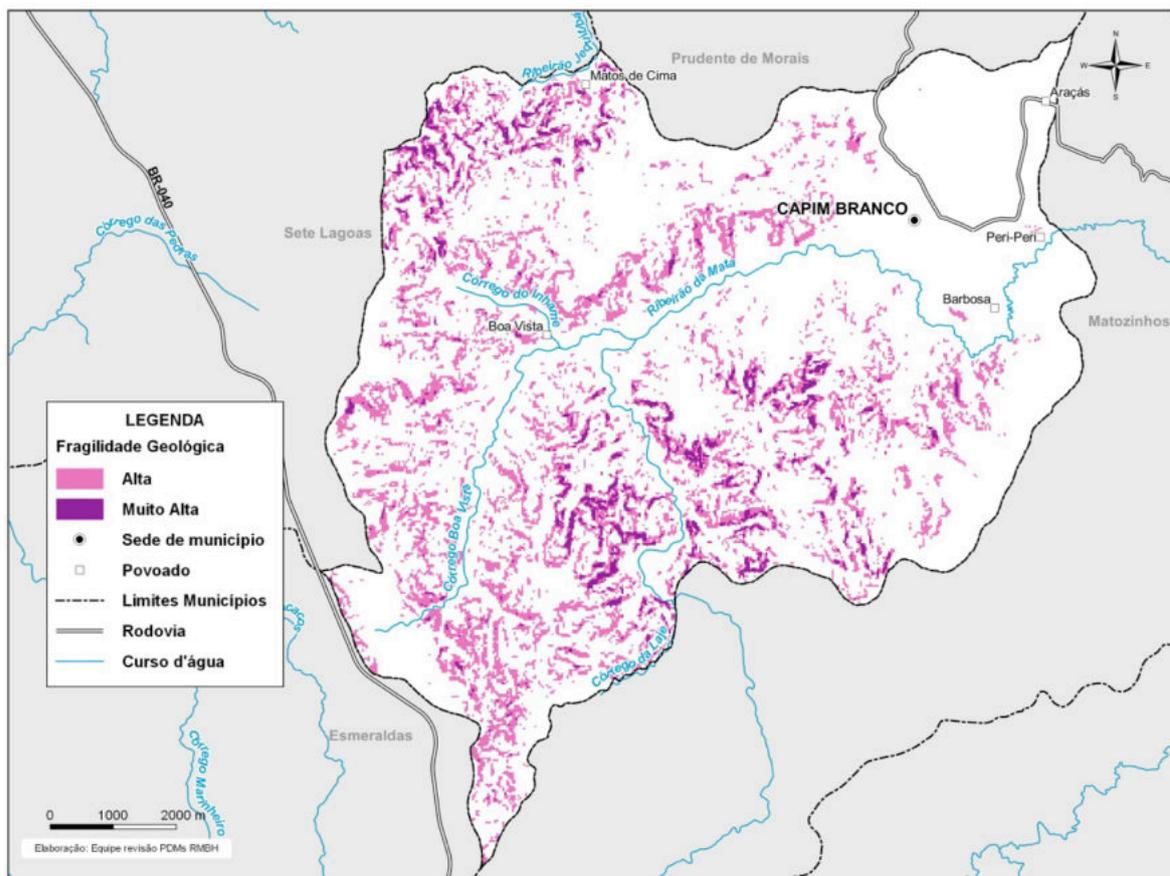
Figura 6 – Mapa de Declividade de Capim Branco



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa de fragilidade geológica foi gerado a partir de operação multicritério entre as bases de dados de declividade, de geologia e de pedologia. Para as informações de cada camada foram atribuídos diferentes pesos de análise, considerando as referências e metodologias originais e os estudos associados à dinâmica geológica e ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O mapa foi reclassificado em valores de fragilidade geológica relativa alta e muito alta. Nessas áreas devem ser considerados riscos de fragilidade para a ocupação que demandam estudos complementares específicos. Da mesma forma, não é possível falar que não existe risco geológico nas áreas em que estão mapeadas como de baixa fragilidade geológica, dada a escala e abrangência do mapeamento.

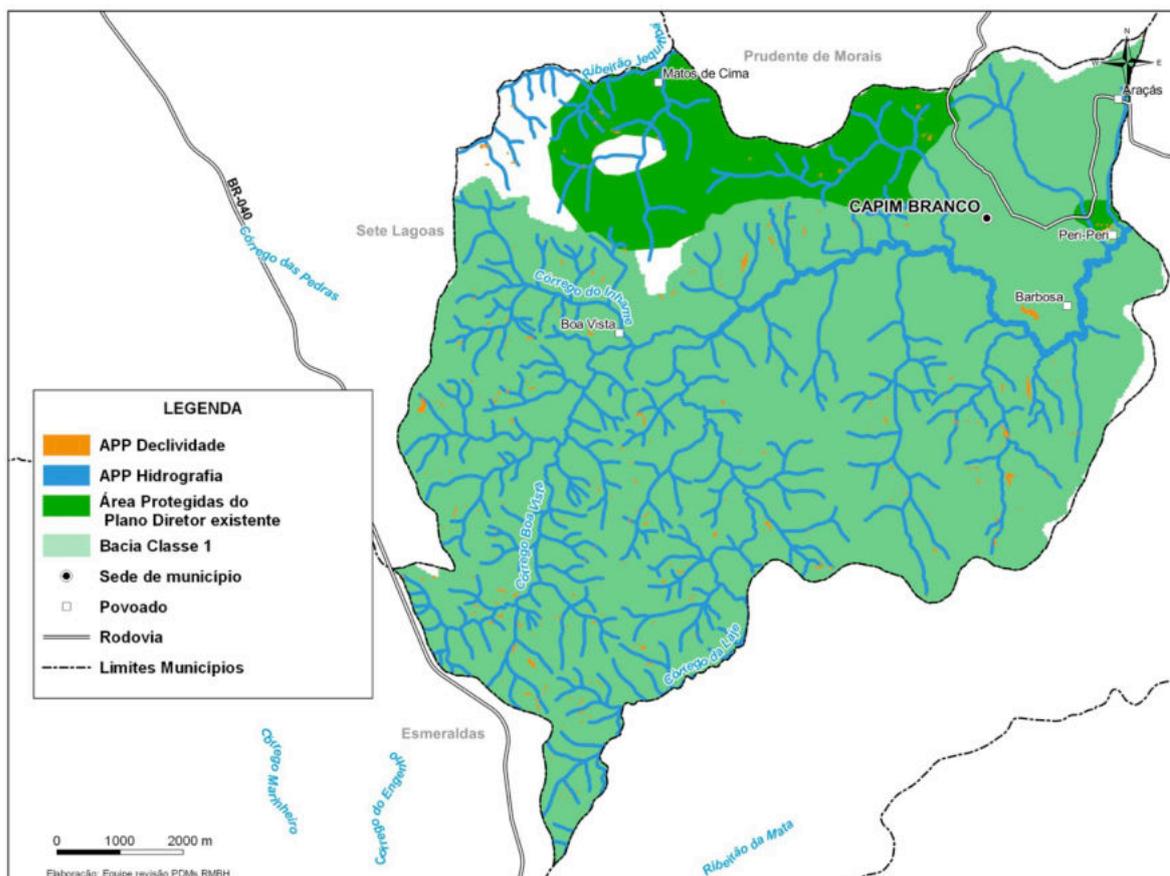
**Figura 7 – Mapa de Fragilidade Geológica de Capim Branco**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

O mapa de interesse ambiental foi gerado a partir da superposição de informações e bases consideradas importantes para as políticas de conservação e de preservação ambiental no território municipal. São apresentadas informações referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP) de declividade (calculadas a partir do mapa de declividade previamente apresentado) e de fundos de vale. As APPs são consideradas áreas de forte restrição ambiental para a sua ocupação. São apresentadas também informações referentes às Unidades de Conservação tanto de proteção integral (altíssima restrição para a ocupação) quanto de uso sustentável (menor restrição para a ocupação). Os dados referentes ao enquadramento dos cursos d'água em classes também foram consideradas importantes para a definição de alguns padrões de ocupação que possam gerar impactos difusos ou pontuais de cargas poluentes aos cursos d'água.

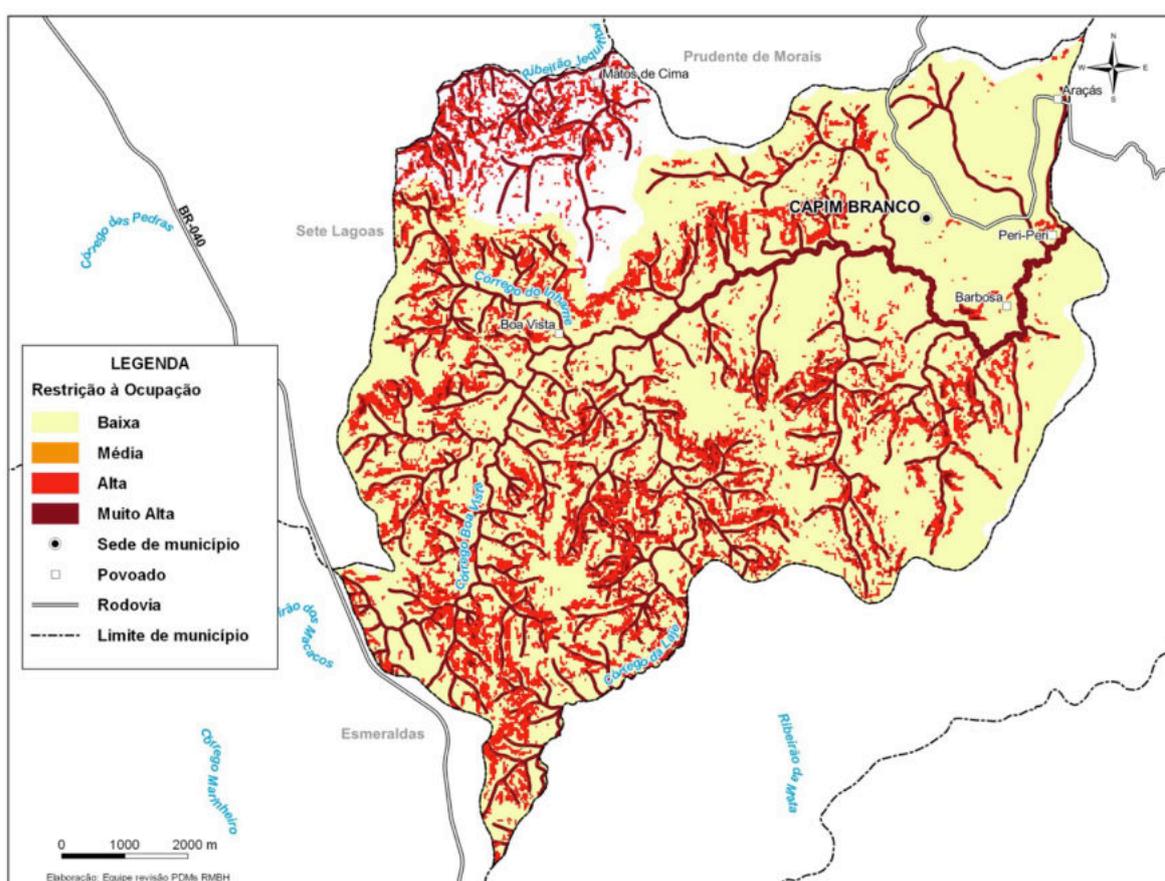
**Figura 8 – Mapa de Interesse Ambiental de Capim Branco**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa síntese de restrições à ocupação é consolidado a partir das áreas de fragilidade geológica considerada alta ou muito alta, das áreas de relevância ambiental consideradas de alto nível de restrição, como as Áreas de Preservação Permanente de declividade e associadas aos canais fluviais. As áreas indicadas como restrição alta ou muito alto são relacionadas a contextos de alta fragilidade ou risco e sua ocupação deve ser realizada observando essas particularidades e estudos complementares locais.

**Figura 9 – Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em Capim Branco**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

## 2.2 Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano

A proposta de revisão do perímetro urbano de Capim Branco se orientou por critérios definidos ao longo das leituras técnicas e comunitárias do processo de

revisão do Plano Diretor. O primeiro critério adotado, visando o reconhecimento de áreas urbanas mais consolidadas, ajustou o perímetro ao tecido urbano existente da sede municipal e distritos. A partir do mesmo critério, optou-se por não estender o perímetro aos povoados e localidades, sobre os quais, quando necessário, foram demarcadas manchas de sobrezoneamento com diretrizes de requalificação. Em alguns casos específicos, em função do grau de urbanização, adensamento e consolidação do tecido urbano, bem como em resposta a demandas comunitárias locais, optou-se por criar perímetros urbanos isolados, prevalecendo, entretanto, como diretriz, o desestímulo ao desenvolvimento de urbanizações dispersas pelo território municipal.

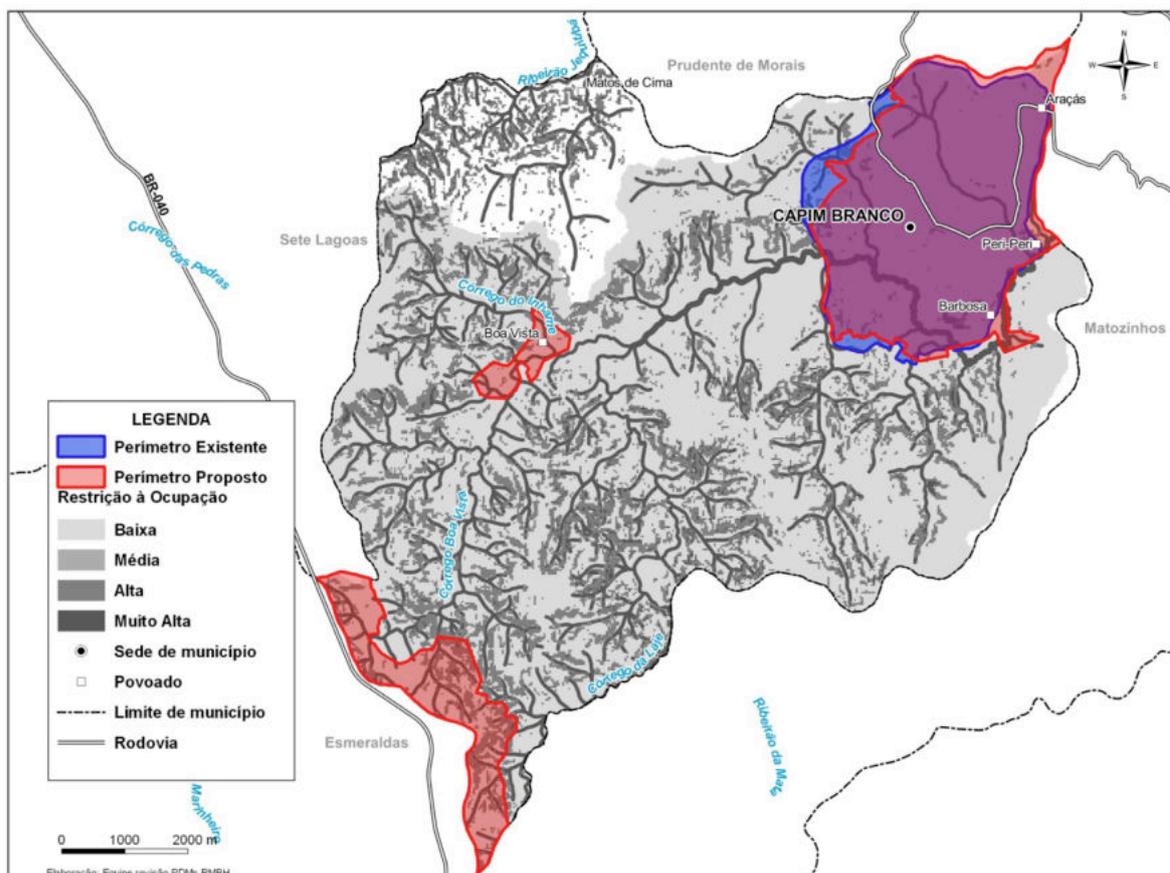
O segundo critério procurou seguir as orientações do Artigo 42-B do Estatuto da Cidade quanto ao mapeamento das restrições ambientais à ocupação urbana, conforme o conjunto de mapas apresentado na subseção anterior. Esse conjunto de restrições à ocupação - declividade, fragilidade geológica e interesse ambiental - balizou o desenho das propostas preliminares de ajustes dos perímetros urbanos, tendo como pressuposto que a expansão urbana deve se concentrar em áreas com baixos e médios graus de restrição.

O terceiro critério adotado se refere ao modo como foram tratados os parcelamentos irregulares realizados fora do perímetro urbano em vigor. Nos casos em que tais parcelamentos promovem a continuidade da mancha urbana e onde não há restrições ambientais ou de proteção da área rural, houve reconhecimento da expansão urbana e ajuste do perímetro. Nos casos em que o parcelamento ocorre em áreas onde não se justifica o desenvolvimento de estrutura urbana e estímulo a novos parcelamentos, seja por restrição ambiental, proteção de área rural ou descontinuidade da mancha urbana, não houve ajuste ou criação de novo perímetro. Nestas situações, as áreas passíveis de regularização fundiária desse tipo de ocupação foram demarcadas como Zonas de Diretrizes Especiais destinadas à adoção de políticas e intervenções específicas de requalificação.

Cabe ainda observar que optou-se, nesta etapa de propostas preliminares, pela não definição de uma zona específica de expansão urbana. Entretanto, as áreas de expansão coincidem com os vazios encontrados entre o tecido urbano atual e o novo perímetro urbano, e cada uma dessas áreas recebe um zoneamento urbano. Posteriormente, a essas áreas serão agregados critérios específicos para expansão urbana, como mecanismos de recuperação de parte da mais-valia fundiária decorrente da transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

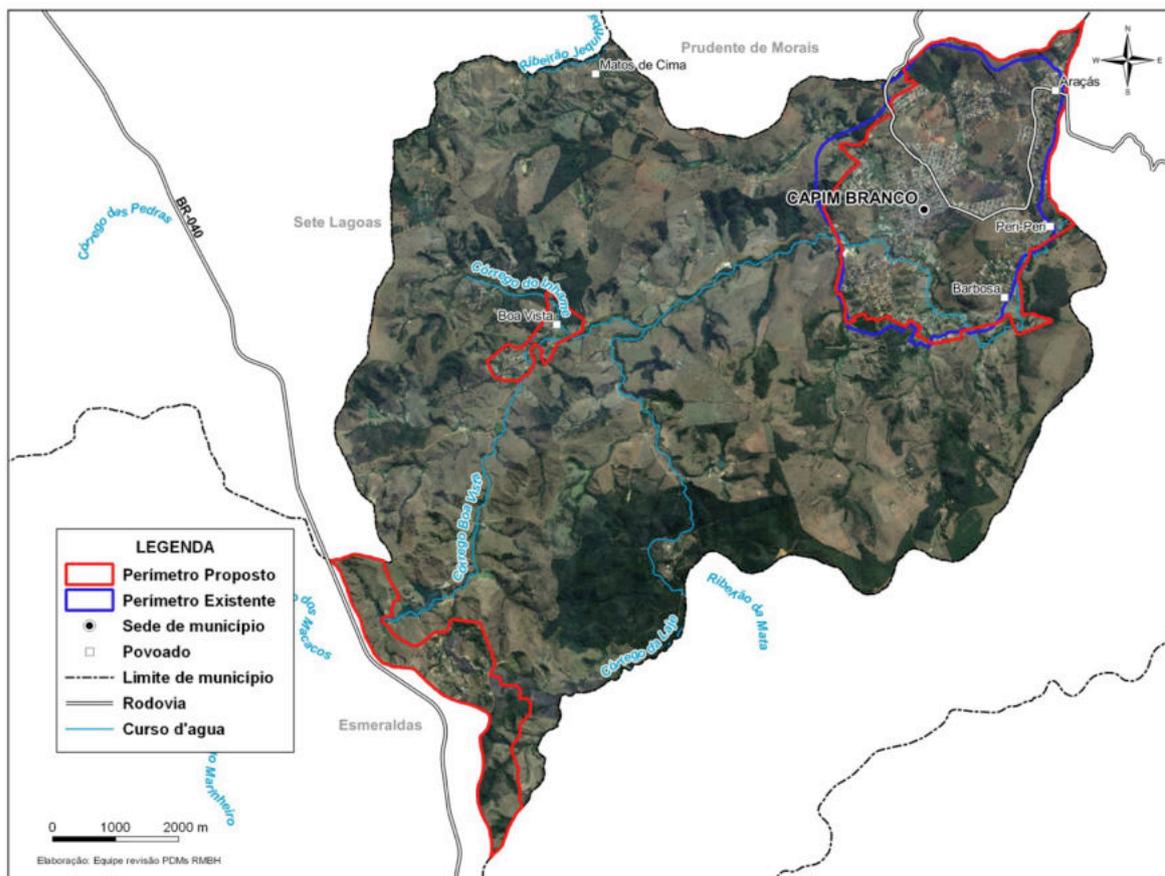
As Figuras a seguir mostram a proposta de ajuste dos perímetros urbanos em Capim Branco, sendo o perímetro existente representado em azul, o perímetro proposto em vermelho, e as manchas de sobrezoneamento sobre povoados e áreas urbanas dispersas que não se enquadram nos critérios que justificam a criação de perímetros urbanos isolados.

**Figura 10 – Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – Capim Branco**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

**Figura 11 – Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

### 2.3 Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária

A classificação hierárquica e reestruturação viária é uma proposta de regulação das formas de deslocamento pelo território do município, e se baseia nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela lei 12.587/2012, priorizando assim os deslocamentos pelos modos coletivos e ativos (não-motorizados). A proposta se valeu dos levantamentos feitos anteriormente neste trabalho, bem como dos depoimentos registrados nas relatorias das oficinas participativas realizadas no município, nas quais se procurou, especificamente, por comentários a respeito das condições de mobilidade urbana cotidianas. Assim, chegou-se à criação de 11 categorias de vias para o território municipal, que foram definidas a partir de “características desejáveis” de circulação. Elas estão resumidas abaixo:

**Tabela 2 – Categorias de vias para reestruturação viária**

TIPO DE VIA	ATIVIDADE PREDOMINANTE	MODOS DE TRANSPORTE PERMITIDOS	VELOCIDADE	PAVIMENTAÇÃO
Via Expressa (ligação metropolitana ou regional)	Trajetos de longa distância entre cidades e regiões veículos em movimento rápido	Somente modos motorizados. Travessias de pedestres em nível diferenciado.	Regulada pela via, geralmente acima de 80km/h	Asfalto
Via Rural de integração	Trajetos de média/longa distância entre cidades limítrofes e entre sede e distritos.	Bicicleta e modos motorizados. Travessia de pedestres em nível, com sinalização	Sugestão de 60km/h. Intervenções de diminuição de velocidade em pontos estratégicos	Asfáltica ou permeável.
Via Rural de preservação	Trajetos de média e curta distância para a zonal rural do município. Lógica de preservação ambiental do entorno.	A pé, bicicleta, modos motorizados – restrição a veículos pesados.	Sugestão de 30km/h, velocidade reduzida em função das características da via e de seu entorno.	Sem pavimentação ou pavimentação não-asfáltica, permeável
Via Arterial	Tráfego para vias expressas, trajetos de médias distância, estruturação do território urbano;	Bicicleta e todos os modos motorizados; Travessia de pedestres em nível, protegida por semáforos.	Sugestão de 50km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Coletora	Transição entre vias arteriais e locais (movimento de início e fim de viagens), paradas de transporte público.	Bicicleta, modos motorizados, modos de tração animal. Restrição à carga pesada. Travessia em faixa de pedestres.	Sugestão de 30km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Local	Acesso veicular ao uso do solo e domicílios, entrega de mercadorias, veículos lentos em movimento.	Bicicleta, tração animal, modos motorizados. Restrição a ônibus e carga pesada. Travessia livre de pedestres.	Velocidade máxima de 20km/h a 30km/h, possíveis medidas de redução de velocidade.	Pavimentação permeável, preferencialmente.
Via de transição (ou via calma)	Acesso de veículos e pedestres a domicílios, lazer e contemplação,	Convivência entre modo a pé, bicicleta e motorizados leves.	Máxima de 20km/h para possibilitar convivência com segurança.	Pavimentação permeável, não asfáltica, preferencialmente.
Via ciclística	Deslocamentos de pequena e média distância, lazer, esporte.	Exclusiva para bicicleta, travessia de pedestres de preferência sinalizada.	Não se aplica.	Asfalto ou pavimento liso.
Via pedonal	Acesso a domicílios e comércio, lazer e contemplação.	A pé e bicicleta. Acesso de veículos leves só para trânsito local.	Trânsito local, 10km/h.	Pavimentação não asfáltica.
Via rural pedonal-ciclística	Trilha rural, acesso a localidades rurais e cursos d'água. Turismo e lazer.	Exclusivo para bicicleta e a pé.	Não se aplica.	Sem pavimentação.

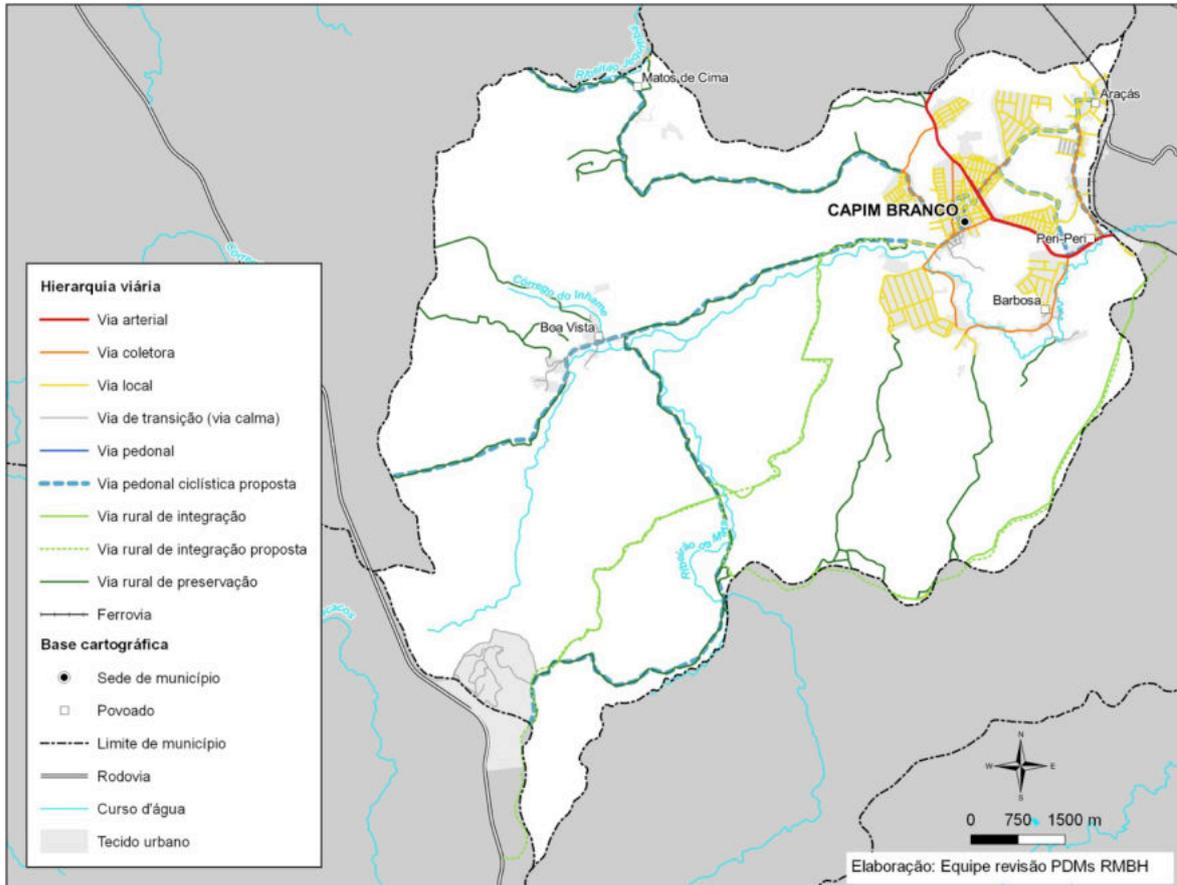
**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

Das categorias apresentadas acima, destacam-se quatro que não são comuns em mapas de hierarquização viária. Trata-se da “Via rural de integração”, a “Via rural de preservação”, a “Via rural pedonal-ciclística” e a “Via de transição (ou via calma)”. As três primeiras são pensadas para o município em seu espaço para além do perímetro urbano, nas formas de integração e utilização de seu território tido como rural. Assim, a via rural de integração se coloca com a principal função de integrar o território municipal, em especial distritos e sedes, que se propõe asfaltada e de trânsito relativamente rápido. Para porções do território municipal nas quais o uso não é tão frequente e se pretende resguardar, em especial, características ambientais importantes para a dinâmica ambiental regional, propõe-se vias rurais de preservação, com pavimentação alternativa à asfáltica e velocidade reduzida em relação à via de integração. Por fim, busca-se identificar e propor vias de acesso não-veicular ao território para maior preservação e incentivo ao uso recreativo e ambiental, as assim chamadas “vias rurais pedonais-ciclísticas”.

Por sua vez, foi constatada na maioria dos municípios metropolitanos a precária cobertura de calçadas e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, constata-se também a dificuldade das autoridades municipais e dos residentes em tomar medidas que tornem homogênea o tratamento dessas vias para pedestres. Partindo-se do princípio de que, em muitos municípios, a via tida como veicular é usada também por pedestres, propõe-se aqui uma “via de transição” entre a calçada e a via local, na qual tomam-se medidas físicas e regulatórias para o convívio seguro entre o deslocamento a pé e os deslocamentos motorizados em baixa velocidade. A via também pode ser chamada de “via calma” e tem referências e exemplos em várias cidades do mundo. A diferença, aqui, é a proposição de uma via de transição também para espaços de baixa circulação, como medida de proteção aos residentes e pedestres.

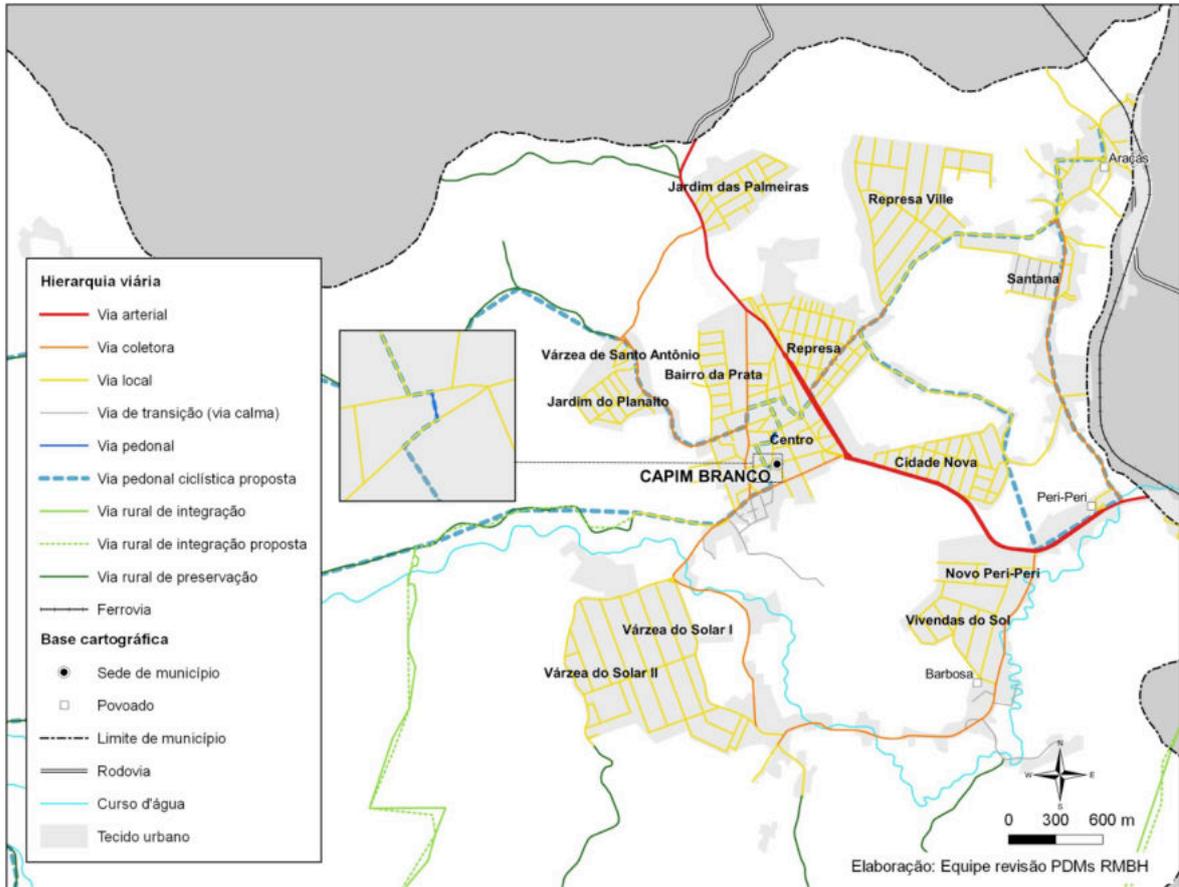
A seguir, são apresentados os mapas de classificação e hierarquização viária de Capim Branco; o primeiro cobre todo o território e o segundo detalha a sede municipal.

**Figura 12 – Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – Capim Branco**



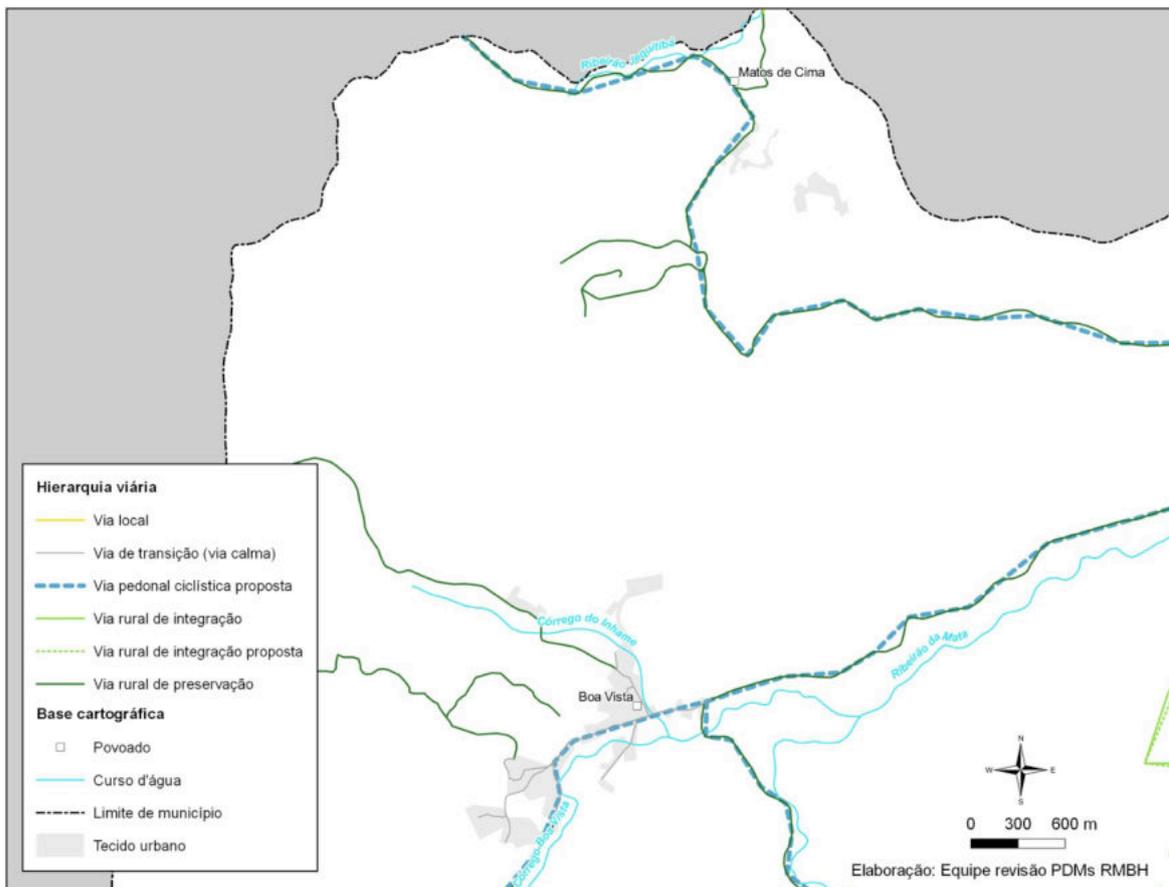
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

**Figura 13 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana – Capim Branco**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

**Figura 14 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana – Capim Branco**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

## 2.4 Propostas preliminares da Trama Verde-Azul

A concepção de uma “trama verde-azul metropolitana” está prevista no Projeto de Macrozoneamento e se refere à ideia de um elemento articulador do território metropolitano, que busca assegurar a continuidade entre espaços naturais e rurais na dinâmica urbana da metrópole, incentivando seu uso e sua diversificação.

A proposta tem como elementos base as áreas com presença de vegetação (trama verde) e os rios com suas margens (trama azul), e tem como objetivo fomentar a proteção e recuperação dessas áreas, viabilizar seu uso recreativo de maneira ampla e diversificada, promover a criação de circuitos de mobilidade

ativa (não motorizados), proteger a atividade agrícola e incentivar a produção agroecológica, preservar e valorizar o patrimônio cultural e paisagístico, estimular o turismo ecológico e cultural, e minimizar os riscos ambientais à ocupação. A proposta preliminar aqui apresentada foi construída a partir da sobreposição de análises e sugestões oriundas das leituras comunitárias e técnicas; das propostas preliminares de classificação e reestruturação viária; dos mapeamentos do uso e ocupação do solo urbano e das restrições à ocupação; e das diretrizes e parâmetros do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

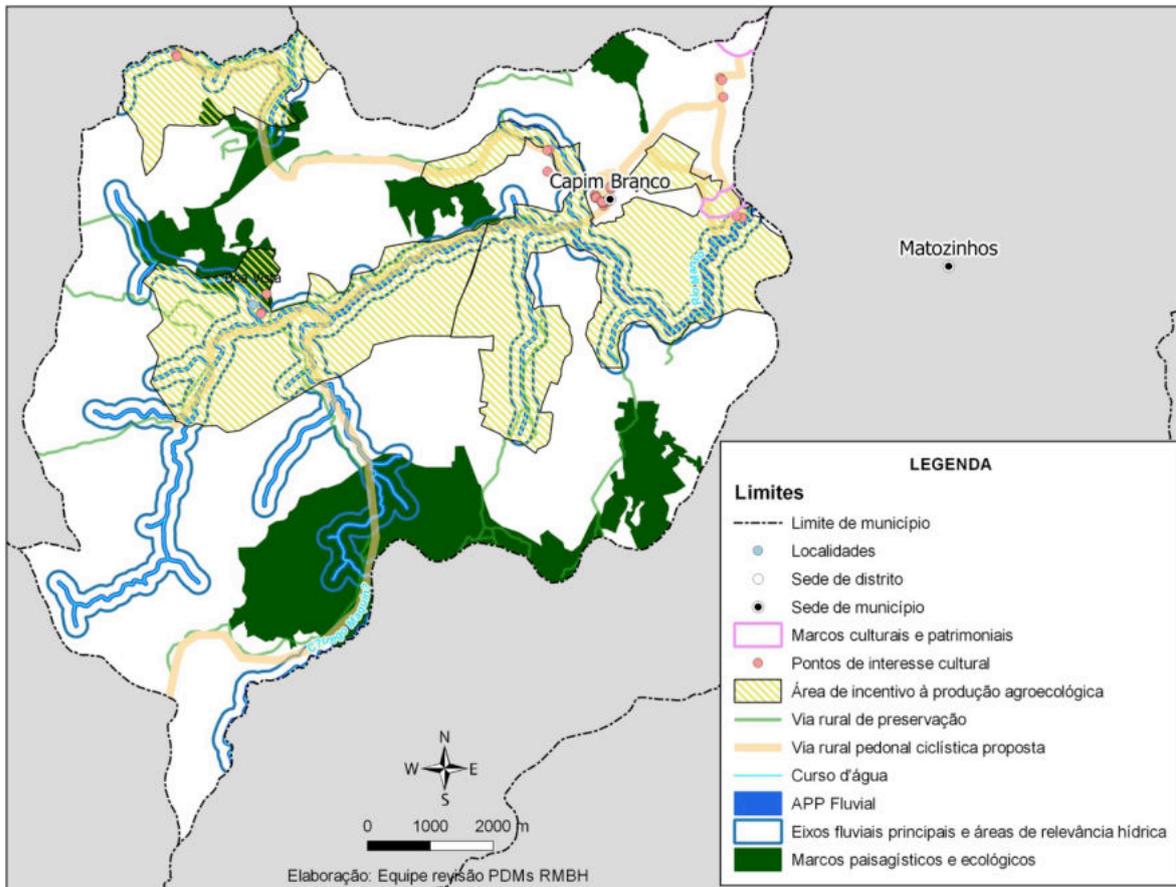
Tal proposta se articula em torno de cinco temáticas estruturantes que, por sua vez, são compostas por diferentes elementos, descritos na tabela abaixo e identificados no mapa síntese da proposta preliminar da Trama Verde-Azul para o município de **Capim Branco**, que são apresentados a seguir.

**Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul**

TEMÁTICA	ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
<b>Patrimônio cultural</b>	<b>Pontos de Interesse Cultural</b> <b>Marcos Culturais Patrimoniais</b>	Elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído.	Regiões de interesse, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e ou arquitetônico, em que a proteção e a ampliação do acesso devem ser incentivadas.
<b>Agriculturas</b>	<b>Áreas de Incentivo à produção agroecológica</b>	Áreas de produção agrícola (existentes ou potenciais) inseridas ou próximas às ocupações urbanas (dentro ou fora do perímetro urbano proposto) e aquelas próximas aos cursos d'água.	Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e para a consolidação de práticas produtivas que contribuem para a qualidade ambiental. Devem ser incentivadas as práticas agroecológicas e em transição; o manejo do solo e da água em vistas à seguridade e qualidade ambiental; a produção de alimentos saudáveis e a eliminação do uso de agrotóxicos; e a manutenção dos usos rurais de baixo impacto.
<b>Patrimônio ambiental e paisagístico</b>	<b>Marcos paisagísticos e ecológicos</b>	Parques e zonas municipais de preservação ambiental, unidades de conservação e áreas definidas no Macrozoneamento como ZP-1 (Zona de Proteção-1)	Áreas de importância ambiental e paisagística reconhecida que devem ser protegidas, recuperadas e onde usos públicos, recreativos e de turismo ecológico devem ser incentivados.
<b>Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica</b>	<b>Curso d'água</b> <b>APP Fluvial</b> <b>Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica</b>	Áreas de relevância para a preservação das águas, para a conexão ecológica e para a viabilização do usufruto e acesso universal aos rios.	Áreas de importância hídrica, ecológica e recreativa, que devem ser protegidas e recuperadas. Deve ser incentivada a implantação de sistemas agroflorestais, o acesso universal, a implantação de circuitos de mobilidade ativa, e as atividades recreativas e de turismo ecológico.
<b>Rede de acessibilidade e mobilidade ativa</b>	<b>Via Rural de Preservação</b> <b>Via Rural Pedonal Ciclistica</b>	Vias e trilhas de acesso à zona rural e aos cursos d'água, sem pavimentação ou pavimentação permeável, de velocidade reduzida, com estímulo ou exclusividade à mobilidade ativa.	Lógica de preservação ambiental do entorno. Vias que se relacionam com a lógica de preservação do entorno, viabilizando circuitos recreativos e turísticos, incentivando a mobilidade ativa.

**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

**Figura 15 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – Capim Branco**



**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

## 2.5 Proposta preliminar de zoneamento

A elaboração da proposta preliminar de **zoneamento** para o controle dos padrões de uso e ocupação do solo no município de Capim Branco, apresentada a seguir, foi construída a partir das diretrizes e propostas oriundas: (i) das duas oficinas participativas realizadas no município, a Oficina de Leitura Comunitária e a Oficina de Diretrizes e propostas Preliminares; (ii) das contribuições levantadas ao longo das reuniões do Grupo de Acompanhamento; (iii) do mapeamento dos tipos de uso e ocupação do solo urbano (iv) da identificação de áreas de restrição à urbanização; (v) do mapeamento dos elementos que compõem a Trama Verde-Azul; e (vi) do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

Trata-se de uma proposta composta de zonas e sobrezoneamento cujas categorias foram definidas com o objetivo de simplificar a legislação urbanística do município, agilizando os processos burocráticos de aprovação de projetos e a compreensão da legislação urbanística pela população de forma geral. As categorias de zonas e sobrezonas adotadas foram padronizadas tomando como referência aquelas adotadas pelo MZ-RMBH que, em atendimento a diretriz específica do PDDI, pretende, de forma unificada, possibilitar também uma leitura integrada dos diversos zoneamentos municipais que integram o território metropolitano. Foram, no entanto, acrescentadas às categorias previstas pelo MZ-RMBH, outras que permitissem a adequação da proposta às especificidades da escala local.

A seguir, são apresentadas duas tabelas contendo as categorias adotadas acompanhadas de uma descrição com os objetivos a que se propõem e de exemplos que ilustram as respectivas intenções de uso e ocupação do solo, com destaque para aquelas acrescentadas à proposta do MZ-RMBH. Destaca-se que nem todas essas categorias foram necessariamente utilizadas na proposta preliminar de uso e ocupação do solo do município de Capim Branco. Optou-se, contudo, por apresentá-las todas aqui de forma a permitir uma visão do conjunto de categorias que estão sendo utilizadas na revisão de outros Planos Diretores Municipais na RMBH.

**Tabela 4 – Categorias de Zoneamento**

<b>NOME</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b>
<b>ZP-1:</b> Zona de Proteção 1	Zona de proteção ambiental máxima.	Unidades de Conservação, APA, APE, RPPN, Parques, marcos paisagísticos e ecológicos, etc.
<b>ZP-2:</b> Zona de Proteção 2	Zona rural ou urbana de ocupação dispersa e/ou baixa densidade orientada ao desenvolvimento da agroecologia, agricultura urbana agricultura familiar, turismo e lazer.	Fazendas, hotéis fazenda, chácaras, sítios etc.
<b>ZP-3:</b> Zona de Proteção 3	Zona especial de desenvolvimento urbano e preservação ambiental.	Projetos em áreas com atributos ambientais que conciliam adensamento com preservação: clubes; pousadas, equipamentos de uso coletivo, conjuntos residenciais e de uso misto.
<b>ZAC-1:</b> Zona de Atividades Complementares 1	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Condomínios residenciais unifamiliares e de baixa densidade.
<b>ZAC-2A:</b> Zona de Atividades Complementares 2A	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Uso residencial unifamiliar de baixa densidade, casa com barracão, sobrado de uso misto.
<b>ZAC-2:</b> Zona de Atividades Complementares 2	Zonas predominantemente residenciais de média densidade.	Uso residencial uni e multifamiliar, casa, casa com barracão, sobrado de uso misto, predinho econômico.
<b>ZAC-3:</b> Zona de Atividades Complementares 3	Zonas mistas de média ou alta densidade e complexidade compatível com o desenvolvimento de centralidades locais.	Conjunto comercial conjuntos residenciais, edifícios comerciais e de uso misto.
<b>ZDA:</b> Zona de Diversificação e Adensamento	Zonas centrais mistas de alta densidade e grande diversidade e complexidade de usos compatíveis com o desenvolvimento de centralidades regionais metropolitanas.	Edifícios residenciais, não residenciais e mistos verticalizados, galerias e centros comerciais, equipamento de uso coletivo (polos regionais).
<b>ZDEI:</b> Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial	Zonas com localização e acessibilidade estratégicas para o desenvolvimento de atividades industriais e de logística.	Galpões, distritos industriais, centros de distribuição e logística.
<b>ZEIS-1:</b> Zona Especial de Interesse Social 1	Áreas que demandam regularização fundiária de assentamentos precários ou com infraestrutura urbana deficiente.	Vilas, favelas, loteamentos irregulares e assentamentos precários.
<b>ZEIS-2:</b> Zona Especial de Interesse Social 2	Áreas vazias ou subutilizadas que devam ser parceladas e ocupadas a partir de intervenções que promovam infraestrutura urbana e núcleos habitacionais.	Áreas vazias ou subutilizadas integradas ao tecido urbano, apropriadas ao parcelamento e ocupação, com boa acessibilidade e boas condições topográficas.

**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

**Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento**

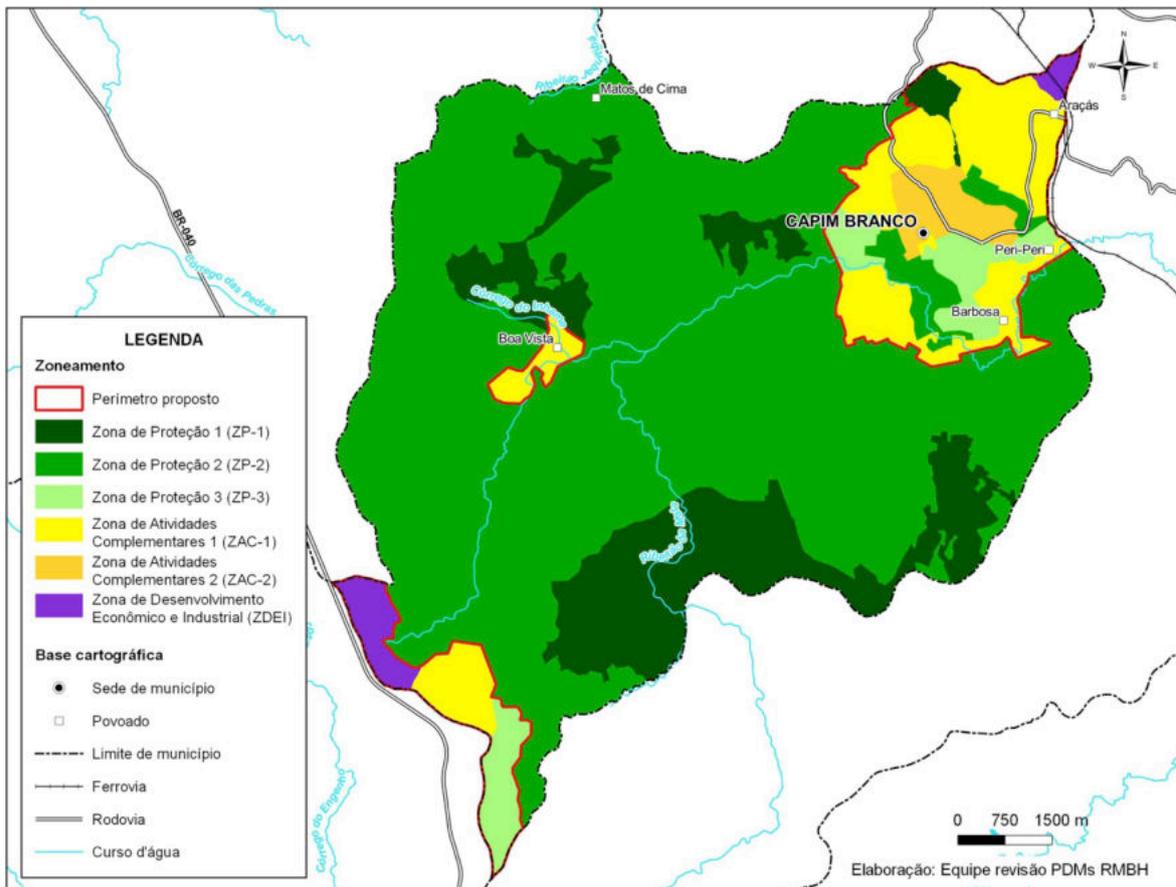
NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
<b>ZDE-REQ:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação	Áreas em que demandam complementação e/ou melhoria da infraestrutura e/ou requalificação urbanística e/ou regularização fundiária.	Áreas consolidadas com infraestrutura deficiente, áreas consolidadas irregulares, áreas centrais que demandam projetos de requalificação urbanística e ambiental.
<b>ZDE-MIN:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Mineração	Territórios minerários a serem recuperados quando degradados e integrados à Trama Verde-Azul.	Territórios minerários em atividade ou não.
<b>ZDE-GE:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos	Áreas destinadas a grandes equipamentos de interesse coletivo existentes ou previstos.	Presídios, estação de tratamento de água e esgotos, terminal multimodal, subestação, etc.
<b>ZDE-ZIL:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística	Áreas onde há interesse estratégico em privilegiar a instalação de atividades industriais e de logística.	Complexos industriais, parques tecnológicos, zonas de atividades econômicas especializadas, distritos industriais não poluentes e outras atividades econômicas conviventes com o uso residencial.
<b>ZDE-ROD:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias	Áreas prioritárias para atividades econômicas, logística e tratamento ambiental ao longo de rodovias.	Trechos rodoviários em zona urbana com tratamento urbanístico diferenciado e exclusivamente destinado a usos não residenciais.
<b>ZDE-PAC:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural	Áreas para a proteção e ampliação do acesso aos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico.	Edificações, conjuntos arquitetônicos, sítios naturais, sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos, templos religiosos e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial.
<b>ZDE-AMB:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais	Áreas para recomposição florestal de áreas degradadas, contenção de materiais sedimentares, sistemas agroflorestais, e adequação de técnicas de manejo do solo.	Áreas de relevância hídrica e ecológica, considerando a conectividade de sistemas ambientais e a estruturação de práticas de menor impacto em áreas frágeis.
<b>ZDE-AGR:</b> Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia	Áreas com incentivos para produção agroecológica e em transição; manejo de uso do solo e da água; produção de alimentos saudáveis; manutenção dos usos rurais de baixo impacto.	Áreas importantes para a manutenção da segurança alimentar, dos usos rurais e de consolidação de práticas produtivas de menor impacto ambiental.

**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

A seguir, são apresentados dois mapas que sintetizam a proposta preliminar das categorias de uso e ocupação do solo para Capim Branco: o primeiro traz o

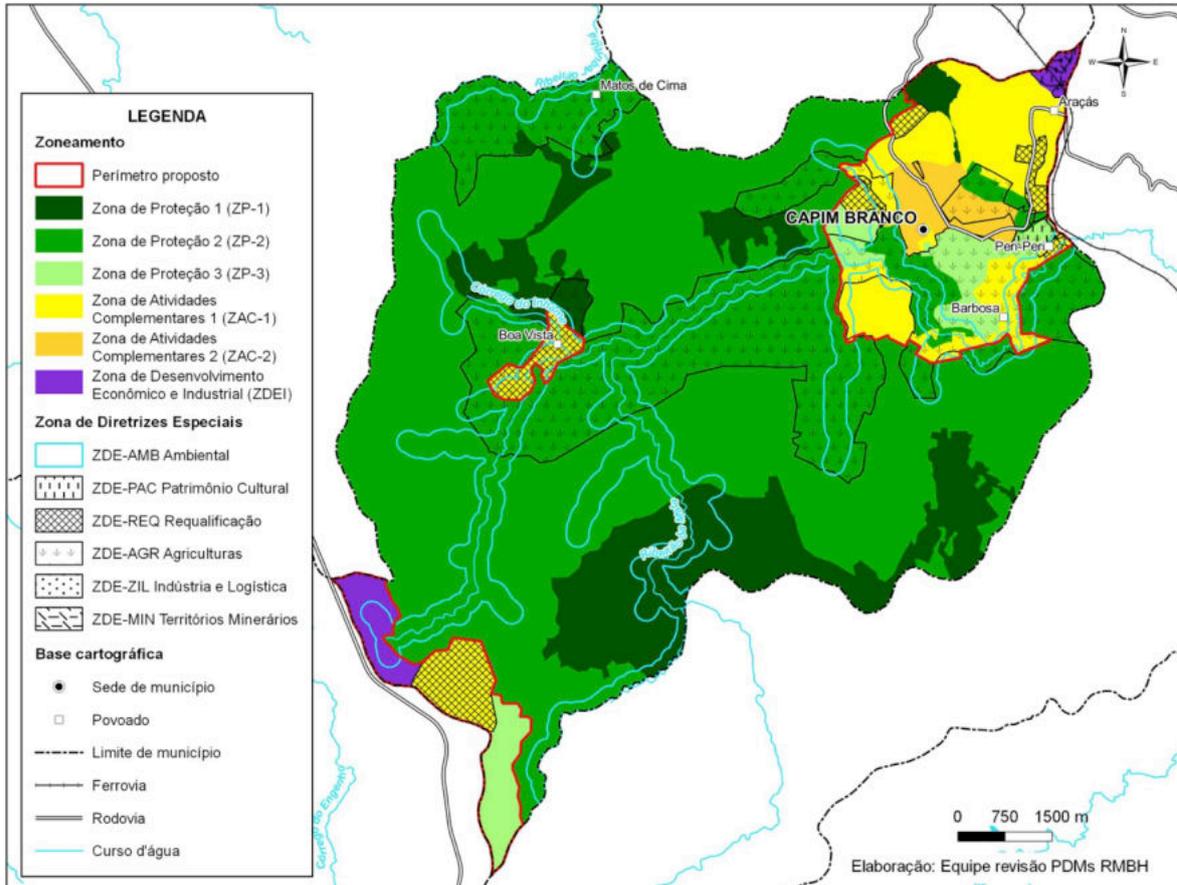
zoneamento e o segundo as zonas de diretrizes especiais que compõem o sobrezoneamento que incide sobre as primeiras.

**Figura 16 – Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal**



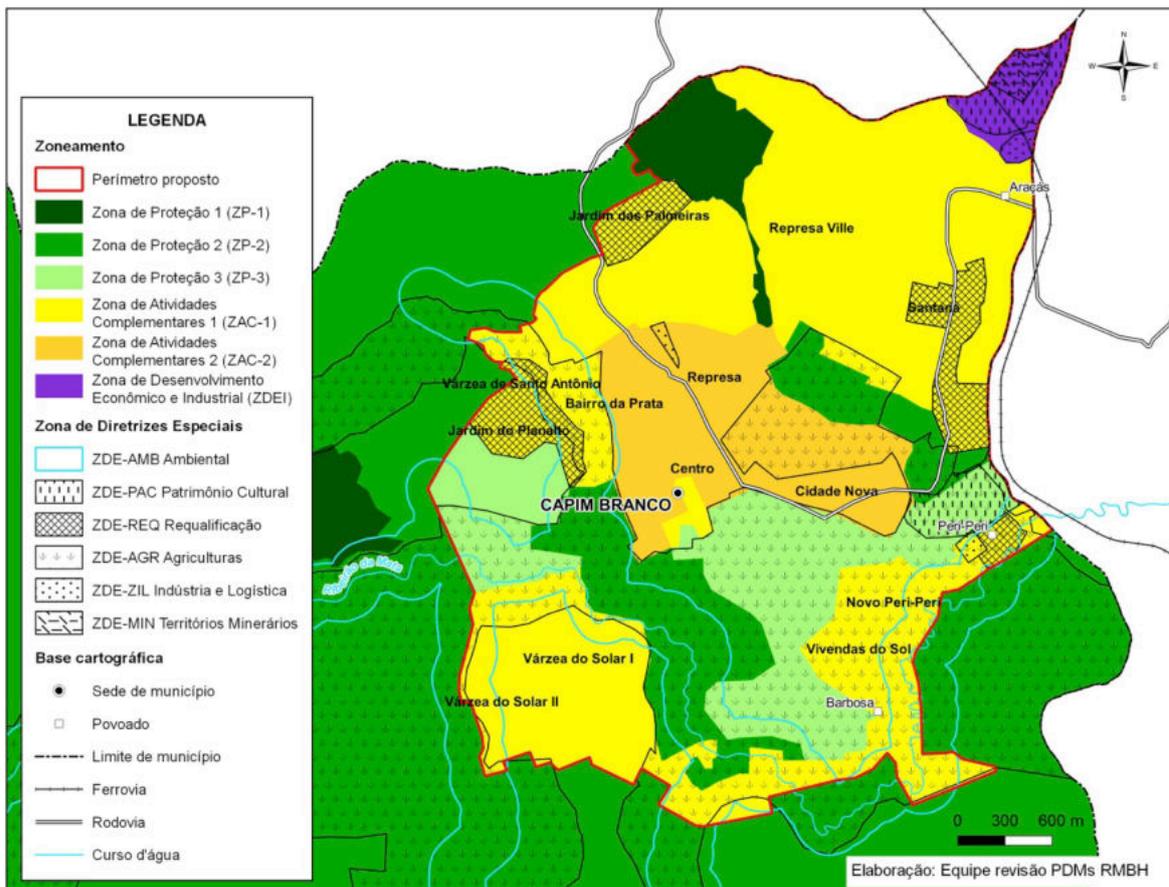
**Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017**

**Figura 17 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal**



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 18 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento – Detalhe sede



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

## 2.6 Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano

Não há sobreposição territorial entre as Zonas de Interesse Metropolitano (ZIM) definidas no Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH) e o município de Capim Branco. Dessa forma, a compatibilização entre a revisão do plano diretor e o MZ-RMBH ocorre somente por meio da criação de categorias de zoneamento e sobrezoneamento compatíveis com a nomenclatura e as faixas de parâmetros estabelecidos pelas macrozonas e as zonas de diretrizes especiais metropolitanas adotadas pelo MZ-RMBH. O objetivo é a melhor compatibilização, na escala metropolitana, entre as categorias, nomenclaturas e parâmetros urbanísticos adotados no plano diretor em revisão.

## ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE OFICINA DO DIAGNÓSTICO SÍNTESE, DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a **Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXXX**. O evento faz parte da elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo proposto no desenvolvimento metodológico da Revisão do Plano Diretor municipal e tem por objetivo apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar que subsidia o Diagnóstico Propositivo Participativo; e debater as diretrizes iniciais para as propostas de reestruturação territorial.

**Data:** xxx de XXXXXX 2017, XXXXX-feira

**Local:** XXXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, número xxxx, bairro xxxxx

**Horário:** das XXXXXX 18h as XXXXXXX 21h30min (3 horas e meia de duração)

**Participantes:** Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

**Pauta:** **(1)** Informação da evolução do Processo de Revisão do Plano Diretor do município. **(2)** Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar; **(3)** Realização de Oficina Participativa para a manifestação dos participantes, no intuito de definir as diretrizes das propostas de reestruturação territorial, conforme a proposta metodológica da Revisão do Plano Diretor.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Nome do Prefeito ou Prefeita

Prefeito ou Prefeita do Município de XXXXXXXXXXXXX

Nome do Representante (eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades

## **ANEXO II – LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA**

Aos responsáveis pela organização da Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica

Alguns lembretes de providências necessárias para garantir a qualidade na organização e na logística da Oficina:

### **1. Credenciamento:**

Mesa para o credenciamento

Duas pessoas para colaborar

Obs.: equipe de mobilização (UFMG) está responsável pela lista de presença.

### **2. Trabalho em grupo (roda de conversa):**

Dois espaços amplos apropriados para a dinâmica de grupo

Haverá três mapas que devem ser afixados em um suporte (parede, quadro, muro, etc..)

### **3. Lanche**

A critério da prefeitura

### **4. Projetor (datashow)**

Notebook

Local adequado para projeção (telão ou parede lisa e branca)

Observação: não será necessário cerimonial da prefeitura e/ou câmara municipal. A abertura ficará por conta do/a prefeito/a ou representante

## ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO

# Convite

**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

### TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal, a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a Universidade Federal de Minas Gerais, convidam para a Oficina do Plano Diretor do Município de **Capim Branco**.

**Data:** 28 de Setembro de 2017, quinta-feira

**Local:** Escola Estadual Francisco Sales  
Rua Antônio Dias, 41

**Horário:** 18h00 às 21h30

**Pauta:**

- (1) Informação do Processo de Revisão do Plano Diretor do município;
- (2) Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar pela equipe da UFMG;
- (3) Definição coletiva de Diretrizes para proposta de reestruturação territorial



**Oficina de Diretrizes e Propostas para o Plano Diretor de Capim Branco.**  
Venha fazer parte do planejamento de nosso município!

**DATA: 28/09/17**  
Quinta-feira

**HORA: 18h00**

**LOCAL: Escola Estadual Francisco Sales - Rua Antônio Dias, 41**

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS  
GOVERNO DO ESTADO

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

Você sabia que a Constituição Federal define a obrigatoriedade do **Plano Diretor** e o Estatuto da Cidade o regulamenta como instrumento básico da política urbana para o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade**?

Participe da construção e da aprovação do Plano Diretor de seu município!  
<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo  
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais  
PDDI-RMBH

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS  
GOVERNO DO ESTADO

## ANEXO IV – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

### Programação

#### Plenária

**1. Abertura** | Credenciamento, Acolhida **30'**  
Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

**2. Balizamento** | Apresentação do Projeto e **1h**  
Diagnóstico Síntese do município

---

**Rodas de conversa** **1h30'**  
Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

---

**Plenária** **30'**

**1. Relatos**

**2. Fechamento**

## ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA

Equipe UFMG-Auditoria Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAPIM BRANCO 28/09/2017			
Nome	Filiação Institucional	e-mail	Assinatura
1 Andre Veloso	UFMG	andreveloso@gmail.com	
2 Bruno Fernandes Lima	PUCC Minas	brunofnl@gmail.com	
3 Clarice Libanio	UFMG		
4 Daniel Medeiros de Freitas	EA/UFMG	danielmedeirosdefreitas@gmail.com	
5 Daniela Adli	IGC/UFMG	daniadli.ane@gmail.com	
6 Eduardo M. Memória	EAU/UFMG	eduardomemoria@gmail.com	
7 Geraldo Costa	IGC/UFMG	gercosta1@gmail.com	
8 Hildelano Delamuse Theodoro		hildelano@yahoo.com	
9 Heloisa Schmidt Andrade	Parangolê	helo.and@uol.com.br	
10 Heloisa Soares Moura Costa	IGC/UFMG	heloissomcosta@gmail.com	
11 João Bosco Moura Tomucci Filho	IGC/UFMG	joantomucci@gmail.com	
12 Lais Grossi		grossilookvetra.lais@gmail.com	
13 Leandro de Aguiar e Souza	Laboela hondrix	leandrodeaguiar@yahoo.com.br	

Reunio Pds  
 Data: 02/05/2017  
 Horário: 9h  
 Local: Auditorio - Faeat/UFMG

Nome	Filiação Institucional	e-mail	Assinatura
14 Leopoldo Curi	EA/UFMG	leopoldocuri@gmail.com	
15 Luciana Bizzotto	UFMG	bizzotto.lu@gmail.com	<i>Luciana Bizzotto</i>
16 Luiz Felipe B. Almeida	NP/GAU/UFMG	lufelipe.almeida@gmail.com	
17 Marcos Brito	UFMG	marcos.britocastro@gmail.com	
18 Marcos Gustavo Pires de Melo	UFMG	marcosgustavo@gmail.com	
19 Mariana Moura	EA/UFMG	marimoura.arq@gmail.com	
20 Mathheus Romualde		matheusr@gmail.com	
22 Nilo Nascimento	EA/UFMG	nilcon@ctr.ufmg.br	
24 Roberto Luis Monte-Mor	Codpler/Face/UFMG	monte-mor@cederj-ar.ufmg.br	
25 Rodolfo Alexandre Cascao Indicio	Parangolé	ocasciao@gmail.com	
26 Rodrigo Lemos	ICC/UFMG	rslemosbh@gmail.com	<i>Rodrigo Lemos</i>
27 Tiago Guerra		tiaguerra@gmail.com	
28 Thais Nassif	EA/UFMG	thaisnassif@gmail.com	
29 Thiago Flores	LUMEA	thiagoduardaflores@gmail.com	
30 Thais Rubioli	LUMEA	thairubioli@gmail.com	

Reuniao PDe  
Data: 02/05/2017  
Horario: 9h  
Local: Auditorio - F. Acad. UFMG

31	Cintya Omeidas	LUNES	cmtyaomeidas@gmail.com	
32	Ana Carolina Antoni	LUNES	anacarolinamag@gmail.com	
33	Pedro Heliodoro	LUNES	ph-heliodoro@hotmail.com	
34	Mariana Tonelli	LUNES	marianatonelli@gmail.com	<i>Este link serve para o cadastro</i>
	Victor Gabriel de Souza Lima			
	Tais Freire de Andrade Clark			
	Alice Rennó			
	Jessica Barbosa Amorim			
	Paulo Henrique da Costa			
	Ana Cecilia de Souza			
	Wladimir Felipe Drummond Pereira			
	Alisson Henrique Couto			
	Ana Flávia Porto Maia			

Reuniao PDa  
 Data: 02/05/2017  
 Horário: 9h  
 Local: Auditorio - Faculdade FMG

Reunio Pds  
Data 02/05/2017  
Horario 9h  
Local Auditoria - FracUFRMG

Equipe ARMBH			
Nome	Affiliação Institucional	e-mail	Assinatura
Maírcus Almeida Nunes	ARMBH		
Sabrina Rocha	ARMBH	sabrina.rocha@agenciarnbh.mg.gov.br	
Camilla Kramer	ARMBH	camilla.kramer@agenciarnbh.mg.gov.br	
Julia Labome	ARMBH	julia.labome@agenciarnbh.mg.gov.br	
ARISSE SOUSA SENEIS DE PAIVA	UFMG	brissasiva.20@gmail.com	Arissa de Souza Senes
LUDMILA OLIVEIRA DE PAIVA	UFMG	ludmilaoliveira.com	Ludmila Oliveira de Paiva
AMANDA CAROLINE DE ANDREU VIANA	UFMG	amandaoliveira@gmail.com	Amanda C. de Andreu
Paula Raissa Fontana	UFMG	brunopereira@ufmg.br	Paula Raissa Fontana

Paulo Henrique Góes UFMG paulohg@ufmg.br

FABRÍCIO PALLONE AGENCIA FABRÍCIO PALLONE@ufmg.com  
 para perda de senha RMBH: goms.jg@ufmg.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
 METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano  
 30 Planos  
 de Diretores  
 Municipais

RMBH



**Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAPIM BRANCO**  
 Data 28 / 09 / 2017  
 Horário: 18:00  
 Local: Escola Estadual Francisco Sales

**Participantes**

Ord.	Nome Completo	Instituição/Serviço	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Râmela Moreira Lobo	Centro	99954.3281		Râmela Moreira
02	Valena Martins de Souza	Represa	999992202		Valena
03	Ana Cláudia S. Peoria	Represa	999447453		Ana Cláudia
04	Ina do Sotimo Soares	Centro	999789095		Ina do Sotimo
05	Aparecida Xavier	Jardim das Pedras			Aparecida Xavier
05	Marcia de Fatima Soares de Feres	Represa	95151076		Marcia de Fatima
07	Marcia de Feres	Represa	99626265		Marcia de Feres
08	Thiago Cortês	Jardim das Pedras			Thiago
03	Angélica E. P. Sangano	Centro			Angélica

MODELO ARMBH - Lista Presencial.doc ESTL.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
 Belo Horizonte-MG / CEP 31.630 901

Plano 1



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Wanderleia Lopes	cidade nova	99860596		Wanderleia
10	Alzira Ballinides Costa Jacini Râmico	cidade nova	995554476		Alzira
11	Lucimara Helene Rodrigues Paes	cidade nova	997150679		Lucimara
12	Paula Geis	centro	94854002		Paula Geis
13	Eliziane Alves dos Reis Cabode Abora	cidade nova	971714091		Eliziane Alves dos Reis
14	Martha Rodrigues dos Reis	cidade nova	996768608		Martha RS
15	Debara do Monte Santos cidade nova	cidade nova	97161665		Debara do Monte Santos
16	Marcia de Fátima Leite	planoalto	998223314		Marcia de Fátima Leite
17	Vanusa Maria da Silva	cidade nova	971304557		Vanusa Maria da Silva
18	Vanusa Maria da Silva	cidade nova	998733180		Vanusa Maria da Silva
19					

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 138 andar  
Belo Horizonte - MG / CEP 31.630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



**Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAPIM BRANCO**  
Data 28 / 09 / 2017 Horário: 18:00  
Local: Escola Estadual Francisco Sales

**Participantes**

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Francisca Rodrigues Arden	Sociedade da CID	3388293153		
02	UNSWER N. SOUSA SAUTOS	SOCIEDADE CIVIL	939763268	UNSWER@GMAIL.COM	
03	Juana Duarte Nascimento	Relatório G.A.	99812-0937	meuamanda@capimbranco.com.br	
04	Shaelen Luísa de Deus	República	992222159	tsabelandd@gmail.com	
05	Francine Maria dos Santos	Camara	991541375		
07	Valéria de O. Santos	Sociedade CIVIL	996447661	valeria20092009@hotmail.com	
03	IRACELI KENY MORADO LOPES	BRASIL	995487322		

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc ESTX.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano  
5 Planos  
de Diretores  
de Municípios  
RMBH



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Felipe de Auler		991892840	gestoresgerais@veter.com.br	Felipe de Auler
10	ALTON CHAVEL LACERDA		991976142	LACERDA@ALTON.COM.BR	Alton
11	Reston Elias Magalhães	Banda de Música	998363375	restonmagalhães@gmail.com	Reston
12	Paulina Marques da Silva	Associação da Criança	993786518	marquespaulina@gmail.com	Paulina
13	Márcia Rodrigues de Oliveira	sec. Desenv. Econômico e Social	99834.1059	social@capim-horizonte.gov.br	Márcia
14	Margareth Rodrigues de Oliveira	Associação	994983404	margarethrod15@gmail.com	Margareth
15	Wendymaris de Brito	Associação	998773771		Wendymaris
15	Carla de Lima		998559995		Carla
17	Ana Carolina Regina	Cidade Nova	991104266		
18	Júlia Mendes	Cidade Nova			
19	Alexandra Aparecida	Associação	99862000		Alexandra

MODELO ARMBH - Lista Presentador ESTI.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 2 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano  
Planos  
Diretores  
Municipais  
RMBH



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
20	Leonardo Junior Rodrigues	Bairro Raposa	98463383		Leonardo Junior
21	Makis Wesley Skora	Raposa	33647708		Mak
22	Yassir Galio	Planaltos	97149741		Yassir
23	Edson Torres de Oliveira	Jardim do Povo	97865155		Edson
24	Maria Angélica Raphael	Bairro Raposa	99945483		Maria Angélica
25	Adelene Lopes da Silva	Manhumirim	99235319		Adelene
26	Vânia Franciscina	Centro	99664984		Vânia Franciscina
27	Josiane Soares	Centro	99644817		Josiane Soares
28	Maria Graziela Loureiro	Raposa	99976554		Maria Graziela Loureiro
29	Regiane Alves	Raposa	99373189		Regiane
30	Deiverson Gonçalves da Silva	Eliziane Corvelo	95574141	ESSECOM@GMAIL.COM	Deiverson

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc ES7X.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 138 andar  
Belo Horizonte MG / CEP 31.630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano  
de Planos  
de Diretores  
e Municipais  
RMBH



	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
31	José Flores	Unigra do Nelson II	999103292	kosma@istg.com.br	José
32	Alvanora de A. Silva	Vargem do Sabotombas			Alvanora de A. Silva
33	Edson Rorato de A. Silva	União do Mundo	988411301		Edson Rorato de A. Silva
34	Gracilene Silva Santos	Prefeitura	997399287	cultura@capm.com.br	Gracilene
35	Luciano	União		mg.gov.br	Luciano
36	Julio	União			Julio
37					
38					
39					
40					

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc ESTA.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
Belo Horizonte - MG / CEP 31.530-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano  
os Planos  
de Diretores  
de Municípios  
RMBH



**Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de CAPIM BRANCO**  
Data 28 / 09 /2017 Horário: 18:00  
Local: Escola Estadual Francisco Sales

**Participantes**

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Milka Simões Lima	Executivo	31 3713 1420 / 997822416	procuradoria@capimbranco.mg.gov.br	
02	Cássia Cristina Silva	Executivo	996449812	engenharia@capimbranco.mg.gov.br	
03	Nilber Rodrigues da Silva	Executivo	999862885	gabinete@capimbranco.mg.gov.br	
04	Eduardo Reis Filho	Executivo		arrecadacao@capimbranco.mg.gov.br	
05	Cleucio Raimundo de Oliveira	Legislativo	999211262/3713 -1288	camara@capimbranco.mg.gov.br	
05	Messias Costa Rodrigues	Legislativo	999073160	camara@capimbranco.mg.gov.br	
07	Marcio Epifanio	Sociedade Civil	999031435		
03	Daniel Augusto Santos Pinheiro	Sociedade Civil	37124955	contato@santospinheiroa dv.com.br	

MODELO ARMBH - Lista Presencial de CAPIM BRANCO.docx  
Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano  
de Planos  
de Diretores  
de Municipais  
RMBH



Ord.					Assinatura
09	Jean Carlos Ribeiro	Sociedade Civil	998711725	jeancaribeiro@gmail.com	
10	Jânio Gonçalves de Araújo	Sociedade Civil	37131991		
11	Karine da Silva Andrade	Sociedade Civil	37131627/89707 5706	andrade.karine@oi.com.br	<i>[Signature]</i>
12	Maria Gonçalves	Sociedade Civil	37131020/9992 13807	msgf10@hotmail.com	
13	Marcelino Teixeira Silva	EMATER-MG.	(31)99987 2478	marcelino.teixeira@andbar mg-gov.br	<i>[Signature]</i>
14	ELMO ALVES DO NASCIMENTO RIBEIRO				<i>[Signature]</i>
15					
15					
17					
18					
19					

MODELO ARMBH - Lista Prescrita.doc CAPIM BRÁNCIO.doc  
Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 138 anear  
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901  
Página 2 de 4

## ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



UFMG



MINAS GERAIS  
ESTADO DE MINAS

Revisão Plano Diretor dia 07/06/2017  
 Título da Reunião:  
 Responsável Horário: 14:00h Duração:  
 Local: *Museu Histórico*

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	<i>Cátia Cristina da</i>	<i>Prof.</i>	<i>99644.9812</i>		<i>Cátia</i>
02	PEDRO HENRIQUE HELIÓDORO	UFMG	31995611765	ph.heliodoro@hotmail.com	<i>Pedro Henrique Heliodoro</i>
03	Julio Cesar de Oliveira	UFMG	1999698461	Julio.Cesar.de.Oliveira.org@gmail.com	<i>Julio Cesar de Oliveira</i>
04	<i>MARIA VIVIANE</i>	<i>VEREADOR</i>	<i>999211262</i>		<i>Maria Viviane</i>
05	Maria Gonçalves S. Fonseca	Sociedade Civil	99913907	maria20110@gmail.com	<i>Maria Gonçalves</i>
06	Walter Rodrigues da Silva	PMGB	99926-2615	galdimilto@capimbranco.mg.gov.br	<i>Walter Rodrigues</i>
07	Messias Costa Rodrigues	Vereador	999073160	messiascosta2013	<i>Messias</i>
08					

MODELO ARMBH - Lista Presença Página 1 de 4  
 Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
 Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

LISTA DE PRESEÇA REUNIÃO 21/06 - CAPIM BRANCO

NOME	ASSINATURA
PEDRO HENRIQUE HELIÓDORO NASCIMENTO	<i>Pedro Henrique Heliodoro Nascimento</i>
Maria Gonçalves da Silva Fonseca	<i>Maria Gonçalves</i>
<i>Pedro Henrique Heliodoro Nascimento</i>	<i>Pedro Henrique Heliodoro Nascimento</i>
JEAN CARLOS RIBEIRO	<i>Jean Carlos Ribeiro</i>
Walter Rodrigues da Silva	<i>Walter Rodrigues da Silva</i>
Quinto Fombrônio	<i>Quinto Fombrônio</i>
MESSIAS COSTA RODRIGUES	<i>Messias Costa Rodrigues</i>
<i>Cátia Cristina Silva</i>	<i>Cátia Cristina Silva</i>

*999211262*  
*SOCIEDADE CIVIL*  
*executivo*  
*MESSIAS*  
*99073160*  
*99644-9812 (executivo)*

LISTA DE PRESENÇA G.A.  
09/08/2017

NOME	INSTITUIÇÃO	TEL.	ASSINATURA
PEDRO HENRIQUE HELIODORO	UFMG	(31) 973641765	Pedro Henrique Heliodoro
Amara Duarte Nascimento	Prefeitura	(31) 998720937	Amara Duarte Nascimento
Maria Feres Silva Feres	SOC. CIVIL	(31) 999215809	Maria Feres Silva Feres
Luís Carlos Ribeiro	Executivo	32 59372332	Luís Carlos Ribeiro
Plínio R. Moreira	VEREADOR	999211262	Plínio R. Moreira
Jean Carlos Ribeiro	SOC. CIVIL	(31) 99871725	Jean Carlos Ribeiro
Kellen Rodrigues			Kellen Rodrigues

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS  
GOVERNO DO ESTADO

Revisão Plano Diretor  
Título da Reunião: Demandas p/ reunião do dia 28/08/2017  
Responsável: Local: Museu Histórico de Capim Branco  
Horário: 14:00h. Duração:

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Cássia Cristina Silva	Executivo	99694.9812	angnhania@capimbranco.mg.gov.br	Cássia Cristina Silva
02	Maria Feres Silva Feres	SOC. CIVIL	999215809	muffica@hotmail.com	Maria Feres Silva Feres
03	Pedro Henrique Heliodoro	UFMG	973641765	ph-heliodoro@hotmail.com	Pedro Henrique Heliodoro
04	MARCELO FETEIRA ASSIS	EMATER	(30) 2913909	marceloassis@emater.mg.gov.br	Marcelo Feteira Assis
05	Plínio R. Moreira	VEREADOR	999211262		Plínio R. Moreira
06	Jean Carlos Ribeiro	EXECUTIVO	59372332	arccos@ccad.com.br	Jean Carlos Ribeiro
07	Maria Duarte Nascimento	VEREADORA	99073160	maria.duarte2013@hotmail.com	Maria Duarte Nascimento
08	Jean Carlos Ribeiro	SOC. CIVIL	99871725	jean@caribeiro.com.br	Jean Carlos Ribeiro

MODELO ARMH - Lista Presença

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar  
Belo Horizonte - MG / CEP 31.530-901

Página 1 de 4

## ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS







## ANEXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES



### Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

Escola Estadual Francisco Sales – Capim Branco, 28 de setembro de 2017



### Programação

#### Plenária

**1. Abertura** | Credenciamento, Acolhida **30'**

Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

**2. Balizamento** | Apresentação do Projeto e **1h**

Diagnóstico Síntese do município

---

**Rodas de conversa** **1h30'**

Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

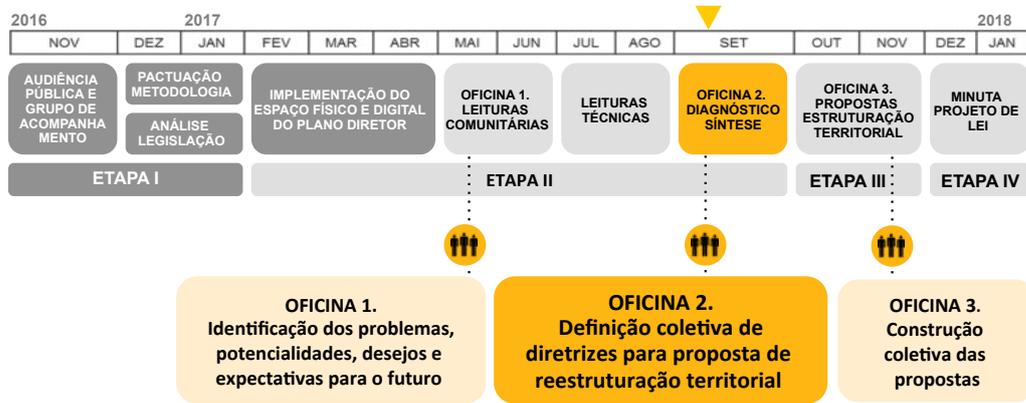
---

**Plenária** **30'**

**1. Relatos**

**2. Fechamento**

# Cronograma Geral do Projeto



# O Diagnóstico: Eixos Temáticos Integradores



## Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



A vegetação e o solo típicos do cerrado, associados às declividades médias inferiores às dos municípios vizinhos e a uma relativa disponibilidade hídrica (superficial e subterrânea), criaram condições para o desenvolvimento da agricultura em Capim Branco.



Entende-se que a atividade agrícola é desenvolvida em Capim Branco em dois formatos complementares. O primeiro estaria relacionado ao conjunto de propriedades de pequenas extensões, situados nas discontinuidades entre os bairros que compõem o núcleo urbano sede. O segundo seria ligado às áreas de maior porte localizadas nas porções central e centro-sul do município.



Apesar da relevância da atividade agrícola em Capim Branco, em termos de cobertura da superfície esta não cobre extensões territoriais tão expressivas. Em uma análise dos diferentes tipos de cobertura do solo, a agricultura cobriria apenas 2,90% da superfície total. Se for considerado ainda que o município possui dimensões territoriais relativamente reduzidas (95,27km<sup>2</sup>), esse baixo percentual fica ainda mais reforçado.

## Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Um percentual muito elevado do município 82,04% está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo ou médio (26,31%, 30,97% e 24,75% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas à declividade e estão mais presentes, ainda que de forma dispersa, na porção sul do território municipal.



No município de Capim Branco não existem Unidades de Conservação, dessa forma, os principais eixos de restrição estão associados à Áreas de Preservação Permanente e ao enquadramento de cursos d'água em classes que considera o Ribeirão da Mata, no território de Capim Branco, como um curso d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes industriais e sanitários.



Há produção de subsistência, também, em Boa Vista, Matos e Matos de Cima, com utilização de agrotóxicos. Contudo, há relatos de vivências de transição agroecológica. Boa Vista e Vale foram apontados como polos agropecuários.

## Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Em Capim Branco os núcleos urbanos estão fragmentados pelo território municipal, prejudicando a implementação de políticas públicas diversas.



Pode-se dizer que a indústria tradicional é pouco desenvolvida no Município.



As áreas de fragilidade de uso e ocupação estão pouco articuladas ao tecido urbano



Região com muitas nascentes e afluentes do Ribeirão da Mata, porém com crescente poluição hídrica. Infraestrutura e serviços precários para esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo. Impactos ambientais por atividades de pecuária (gado e suínos) e mineração (em área de interseção de municípios).



Há produtores orgânicos certificados, contudo esse processo de certificação pode se expandir para demais produtores.

## Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Base legal para a preservação do Patrimônio Cultural. Conselho atuante. IPAC - IEPHA-MG. Acesso a recursos do ICMS P.Cultural.



Ausência de Secretaria específica para Cultura.



Delimitação da Zona Especial de Proteção Histórica - ZEPH no Plano Diretor.



Delimitação do Conjunto Natural e Paisagístico da Gruta do Capão do Mato. Apropriação pela população local. Utilização como atrativo turístico.



Patrimônio Material - Destaque para o Museu Histórico Acervo de Bens Móveis (espaço PD). Praça da Matriz e entorno.



Grutas e Cavernas de Peri-Peri em sua maioria localizadas no município de Matozinhos - Observar os limites municipais na revisão do PD.



Patrimônio Imaterial - Corporação Musical N.S. Conceição - 107 anos. Transmissão dos saberes pelos Griôs. Coroações de Maio.



Recuperação de área degradada pela mineração no limite de Capim Branco com Matozinhos e Prudente de Moraes. Reconversão do território para uso cultural e requalificação ambiental.



Patrimônio Natural - Conjunto Natural e Paisagístico da Gruta do Capão do Mato – Galerias subterrâneas.



Patrimônio Cultural - Sede, Boa vista e Matos (de Baixo e Cima) - Edificações, igrejas, imagens, documentos, celebrações, saberes e ofícios. Bens culturais inventariados, registrados e tombados - Diversidade cultural significativa.



Realizar proteção inicial dos bens culturais através dos inventários - ampliar a proteção das Edificações, igrejas, imagens, acervos, celebrações, saberes, ofícios e formas de expressão.

## Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Baixa proporção de moradias contabilizadas como inadequadas devido ao ônus excessivo com aluguel, apontam para uma condição favorável de acesso à moradia;



Números de domicílios considerados precários se mostraram significativos, com focos representativos de precariedade no território;



Fragmentação da ocupação e presença extensiva de vazios internos ao perímetro urbano;



Ainda que tenham sido registradas demandas por melhorias, avalia-se positivamente as condições de acesso à serviços de saúde e educação no município;

## PDDI: Macro-Diretrizes de Reorganização Territorial e Propostas de Reestruturação Territorial

Redução das desigualdades sócio-espaciais

Transporte como indutor da ocupação e do uso do solo

Mobilidade metropolitana organizada em rede

Criação de novas centralidades

Habitação como função estruturante

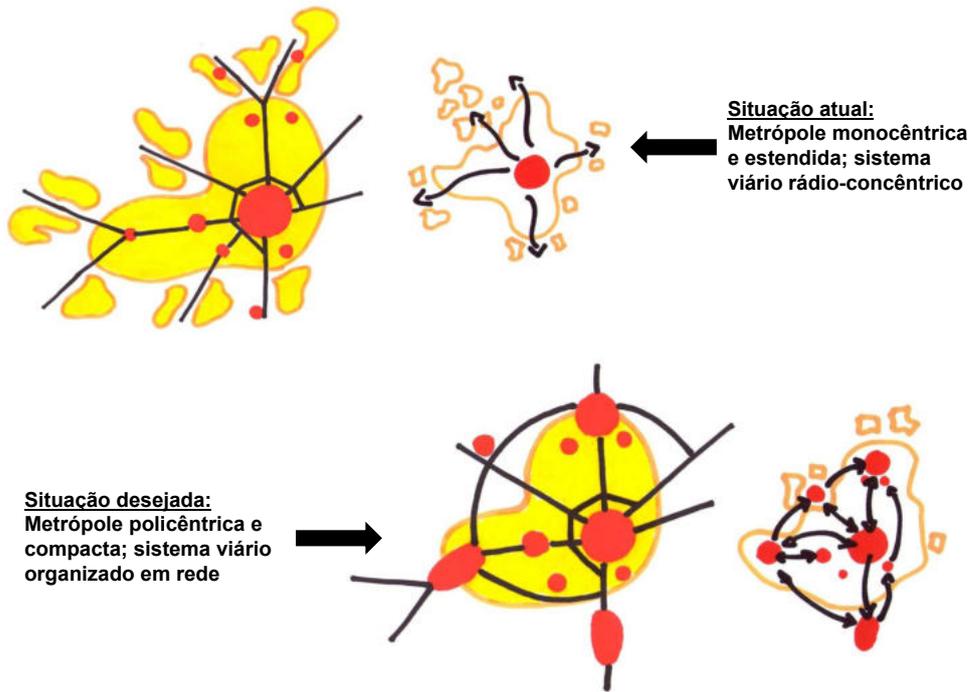
Complexos Ambientais Culturais

Proteção dos Recursos Hídricos

Planejamento do crescimento da RMBH



- Criação e/ou fortalecimento de **centralidades urbanas em rede**
- **Rede metropolitana de mobilidade intermodal** eficiente e de baixo impacto ambiental: melhoria das possibilidades de articulação e deslocamento entre as várias porções da RMBH
- Estratégia de **descentralização concentrada**
- **Intensificação do uso do espaço urbano**
- **Contenção da expansão urbana periférica**
- Valorização e proteção das **áreas destinadas à produção agropecuária** e artesanal, e estímulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas na fronteira rural/urbana
- Ampliação das **áreas permeáveis urbanas**, restauração e revitalização de  **cursos d'água**
- Consolidação das diretrizes de reestruturação territorial e territorialização das propostas do PDDI a partir de um **marco regulatório para a ocupação e uso do solo da RMBH**, e promoção da **gestão compartilhada** nos casos de prevalência do interesse metropolitano sobre o municipal



**Físico-Ambiental**

**Sociocultural**

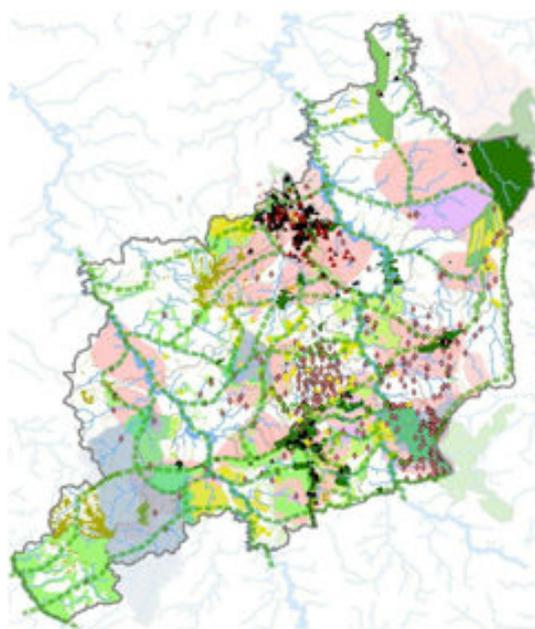
**Dimensões da Trama Verde-Azul**

**Seguridade Sócio-Ambiental**

**Mobilidade**

The central image is a collage of four photographs. The top-left photo shows a river flowing through a lush green landscape. The top-right photo shows a man in a white shirt interacting with a display board in a public space. The bottom-left photo shows a dense urban area built on a steep, rocky hillside. The bottom-right photo shows a person with a bicycle on a train platform next to a train. A central white circle with a grey border contains the text 'Dimensões da Trama Verde-Azul'.

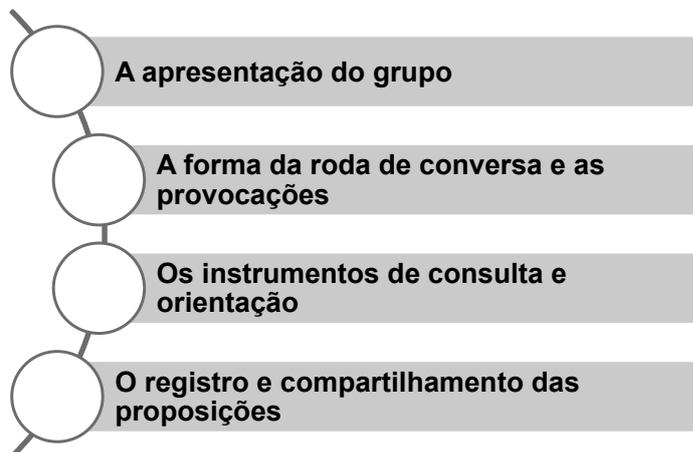
## Do diagnóstico às propostas: a TVA



**A Trama Verde Azul - TVA:  
A articulação dos eixos e os desafios  
para a elaboração de propostas**

- Limites municipais
- Rede hidrográfica principal
- Lagos e represas
- Áreas de Proteção Permanente
- Áreas Protegidas
  - UCs existentes com proteção efetiva
  - Corredores ecológicos - SAP Vector Norte
  - Propostas oficiais de novas UCs
  - Áreas de proteção de mananciais
  - Áreas com atividades agrícolas identificadas
  - Atividades agrícolas identificadas
- Zoneamentos municipais
  - Zonas de proteção ambiental
  - Zonas de controle ambiental
  - Zonas de interesse cultural/histórico/turístico
  - Outras áreas de interesse
  - Sítios Arqueológicos
  - Cavidades
  - Patrimônio ambiental e cultural
- Possíveis conexões

## Dinâmica da oficina



## Questões para debate (Grupo 1)

1. Como melhorar a conexão entre os diversos núcleos urbanos do município?
2. Como desenvolver, ainda mais, a agricultura orgânica e urbana em Capim Branco?
3. Seria possível e desejável desenvolver alguma atividade industrial associada à produção de alimentos?
4. Seria possível pensar em outras formas, estruturas e processos urbanos, com outras lógicas de adensamento, que possibilitariam a convivência entre o parcelamento de solo urbano, a agricultura urbana e a conservação ambiental?
5. Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede e zona rural?
6. Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?

## Questões para debate (Grupo 2)

1. Que políticas de preservação ambiental e de proteção da água são importantes para o município? Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul?
2. Como ampliar a integração do município com a RMBH, com os municípios vizinhos, e entre sede e zona rural?
3. Seria possível pensar em outras formas, estruturas e processos urbanos, com outras lógicas de adensamento, que possibilitariam a convivência entre o parcelamento de solo urbano, a agricultura urbana e a conservação ambiental?
4. Seria possível e desejável desenvolver alguma atividade industrial associada à produção de alimentos?
5. Como desenvolver, ainda mais, a agricultura orgânica e urbana em Capim Branco?
6. Como melhorar a conexão entre os diversos núcleos urbanos do município?

## Espaço Digital Plano Diretor de Capim Branco

[www.rmbh.org.br/plano/capimbranco](http://www.rmbh.org.br/plano/capimbranco)

Processo de Revisão  
**planoDiretor** CAPIM BRANCO

HISTÓRICO E INFORMAÇÕES

PLANO DIRETOR

INFORMES E AGENDA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRODUTOS PLANO DIRETOR

FÓRUM VIRTUAL

MAPAS COLABORATIVOS

PERFIL MUNICIPAL

GALERIA DE FOTOS

CONTATO

Política de Regulação e Uso do Solo  
Programa de apoio aos municípios  
PDDI-RMBH

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAPIM BRANCO

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BÉLO HORIZONTE

MINAS  
GERAIS  
GOVERNO DO ESTADO

Site desenvolvido pela Equipe PDM  
© 2017 planoMetropolitano RMBH|UFMG

# Obrigado!

Para mais informações, entre em contato conosco:

(31) 3234-0301

[mobs@rmbh.org.br](mailto:mobs@rmbh.org.br)

[geop@rmbh.org.br](mailto:geop@rmbh.org.br)

[sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br](mailto:sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br)

[julia.laborne@agenciarmbh.mg.gov.br](mailto:julia.laborne@agenciarmbh.mg.gov.br)

[www.rmbh.org.br/plano/capimbranco](http://www.rmbh.org.br/plano/capimbranco)

<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/>

<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo  
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais  
PDDI-RMBH

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIM BRANCO

U F *m* G

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BELO HORIZONTE

 **MINAS  
GERAIS**  
GOVERNO DE TODOS